

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE MATINHOS – ESTADO DO PARANÁ
OFICIAL: ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Rua Léa Viale Cury, nº 232, Centro – Fone: (41) 3453-1001 – CEP 83.260-000

Ofício nº 17/2023 – NAF Matinhos, 23 de Fevereiro de 2023.

Israel Moura Parede - CPF 036.627.488-84
Priscila Tertulino - CPF 153.814.248-17

Intimação ao devedor - Por Edital (Art. 26, § 4º, da Lei 9.514 de 20/11/1997)

Prezado(a) Senhor(a),

1. Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos/PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme contrato por instrumento particular de compra e venda de imóvel residencial quitado, mútuo e alienação fiduciária em garantia, carta de crédito com recursos do SBPE no âmbito do sistema financeiro da habitação - SFH, contrato nº 1.4444.0185588-3, datado de 21/12/2012, registrada sob nº 03 e 04 (R-3 e R-4), a margem da matrícula nº 42.017 desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo Apartamento nº 210 (duzentos e dez), da Torre A, do tipo XVIII, do CONDOMÍNIO ILHAS DO ATLÂNTICO, situado na avenida Atlântica, neste Município e Comarca de Matinhos-PR. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que Israel Moura Parede e Priscila Tertulino, são devedores dos encargos vencidos e não pagos.

2. Informamos que, o valor destes encargos posicionados em até 23/02/2023, corresponde a R\$ 49.726,56, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até o efetivo pagamento, somando-se também, o(s) encargos(s) que vencer(em) no prazo deste Edital.

3. E como a mesma está em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, intimo-o pelo presente a comparecer na agência detentora do financiamento, dentro do prazo definido nesta intimação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da terceira e última publicação deste Edital.

4. Na oportunidade, fica V. Sª, ciente de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel, em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, nos termos do art. 26 parágrafo 7º da Lei 9.514/97.

Alceste Ribas de Macedo Filho
Roseli Mazanek Ribas de Macedo
Ana Carolina Mazanek Ribas de Macedo

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE MATINHOS – ESTADO DO PARANÁ
OFICIAL: ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Rua Léa Viale Cury, nº 232, Centro – Fone: (41) 3453-1001 – CEP 83.260-000

Ofício nº 18/2023 – NAF Matinhos, 23 de Fevereiro de 2023.

Michel Felipe da Silveira Antoniacomi - CPF 064.065.359-60

Intimação ao devedor - Por Edital (Art. 26, § 4º, da Lei 9.514 de 20/11/1997)

Prezado(a) Senhor(a),

1. Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos/PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme contrato por instrumento particular de compra e venda de unidade isolada e mútuo com obrigações e alienação fiduciária - Programa Carta de Crédito Individual - FGTS - Programa Minha Casa, Minha Vida - contrato nº 8.4444.0070108-2, datada de 17/05/2012, registrada sob nº 01 e 02 (R-1 e R-2), a margem da matrícula nº 38.264 desta Serventia, referente ao imóvel constituído pela Residência nº 02 (dois), do CONJUNTO RESIDENCIAL SERRA VERDE, situado no lugar Lages e Corais, neste Município e Comarca de Matinhos-PR. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que Michel Felipe da Silveira Antoniacomi, é devedor dos encargos vencidos e não pagos.

2. Informamos que, o valor destes encargos posicionados em até 23/02/2023, corresponde a R\$ 16.542,42, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até o efetivo pagamento, somando-se também, o(s) encargos(s) que vencer(em) no prazo deste Edital.

3. E como a mesma está em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, intimo-o pelo presente a comparecer na agência detentora do financiamento, dentro do prazo definido nesta intimação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da terceira e última publicação deste Edital.

4. Na oportunidade, fica V. Sª, ciente de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel, em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, nos termos do art. 26 parágrafo 7º da Lei 9.514/97.

Alceste Ribas de Macedo Filho
Roseli Mazanek Ribas de Macedo
Ana Carolina Mazanek Ribas de Macedo

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE MATINHOS – ESTADO DO PARANÁ
OFICIAL: ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Rua Léa Viale Cury, nº 232, Centro – Fone: (41) 3453-1001 – CEP 83.260-000

Ofício nº 19/2023 – NAF Matinhos, 23 de Fevereiro de 2023.

Jose Rezende de Moraes Junior - CPF 059.955.438-89

Intimação ao devedor - Por Edital (Art. 26, § 4º, da Lei 9.514 de 20/11/1997)

Prezado(a) Senhor(a),

1. Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos/PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme contrato por instrumento particular de compra e venda, mútuo com alienação fiduciária em garantia - Sistema de Financiamento de Habitação - SFH - Carta de Crédito Caixa, Programa Carta de Crédito Individual - FGTS, contrato nº 8.4444.0203315-8, datado de 22/11/2012, registrada sob nº 02 e 03 (R-2 e R-3), a margem da matrícula nº 33.588 desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo Sobrado nº 09 (nove), do CONJUNTO RESIDENCIAL SERRA VERDE - Bloco "C", localizado na Rua "C", neste Município e Comarca de Matinhos-PR. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que Jose Rezende de Moraes Junior, é devedor dos encargos vencidos e não pagos.

2. Informamos que, o valor destes encargos posicionados em até 23/02/2023, corresponde a R\$ 6.707,89, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até o efetivo pagamento, somando-se também, o(s) encargos(s) que vencer(em) no prazo deste Edital.

3. E como a mesma está em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, intimo-o pelo presente a comparecer na agência detentora do financiamento, dentro do prazo definido nesta intimação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da terceira e última publicação deste Edital.

4. Na oportunidade, fica V. Sª, ciente de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel, em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, nos termos do art. 26 parágrafo 7º da Lei 9.514/97.

Alceste Ribas de Macedo Filho
Roseli Mazanek Ribas de Macedo
Ana Carolina Mazanek Ribas de Macedo

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE MATINHOS – ESTADO DO PARANÁ
OFICIAL: ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Rua Léa Viale Cury, nº 232, Centro – Fone: (41) 3453-1001 – CEP 83.260-000

Ofício nº 20/2023 – NAF Matinhos, 23 de Fevereiro de 2023.

Katia de Oliveira - CPF 034.867.819-36

Intimação ao devedor - Por Edital (Art. 26, § 4º, da Lei 9.514 de 20/11/1997)

Prezado(a) Senhor(a),

1. Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos/PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme contrato por instrumento particular de compra e venda de imóvel, mútuo e alienação fiduciária em garantia no SFH - sistema financeiro de habitação com utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS do devedor, nº 1.4444.1534085-8, datado de 27/05/2021, registrada sob nº 03 e 04 (R-3 e R-4), a margem da matrícula nº 41.981 desta Serventia, referente ao imóvel constituído pela Casa nº 50 (cinquenta), do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL GUARUJÁ, situado neste Município e Comarca de Matinhos-PR. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que Katia de Oliveira, é devedora dos encargos vencidos e não pagos.

2. Informamos que, o valor destes encargos posicionados em até 23/02/2023, corresponde a R\$ 24.010,88, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até o efetivo pagamento, somando-se também, o(s) encargos(s) que vencer(em) no prazo deste Edital.

3. E como a mesma está em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, intimo-o pelo presente a comparecer na agência detentora do financiamento, dentro do prazo definido nesta intimação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da terceira e última publicação deste Edital.

4. Na oportunidade, fica V. Sª, ciente de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel, em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, nos termos do art. 26 parágrafo 7º da Lei 9.514/97.

Alceste Ribas de Macedo Filho
Roseli Mazanek Ribas de Macedo
Ana Carolina Mazanek Ribas de Macedo

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE MATINHOS – ESTADO DO PARANÁ
OFICIAL: ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Rua Léa Viale Cury, nº 232, Centro – Fone: (41) 3453-1001 – CEP 83.260-000

Ofício nº 21/2023 – NAF Matinhos, 23 de Fevereiro de 2023.

Raimundo Muniz Veloso - CPF 931.122.825-49

Intimação ao devedor - Por Edital (Art. 26, § 4º, da Lei 9.514 de 20/11/1997)

Prezado(a) Senhor(a),

1. Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos/PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme contrato por instrumento particular de compra e venda, mútuo com alienação fiduciária em garantia - Sistema de Financiamento de Habitação - SFH - Carta de Crédito Individual FGTS/Programa Minha Casa Minha Vida - CDPGTS/PMCMV, contrato nº 8.4444.1568979-2, datado de 26/05/2017, registrada sob nº 02 e 03 (R-2 e R-3), a margem da matrícula nº 47.231 desta Serventia, referente ao imóvel constituído pela Residência nº 05 (cinco), do RESIDENCIAL BAHAMAS V, situado neste Município e Comarca de Matinhos-PR. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que Raimundo Muniz Veloso, é devedor dos encargos vencidos e não pagos.

2. Informamos que, o valor destes encargos posicionados em até 23/02/2023, corresponde a R\$ 11.602,61, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até o efetivo pagamento, somando-se também, o(s) encargos(s) que vencer(em) no prazo deste Edital.

3. E como a mesma está em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, intimo-o pelo presente a comparecer na agência detentora do financiamento, dentro do prazo definido nesta intimação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da terceira e última publicação deste Edital.

4. Na oportunidade, fica V. Sª, ciente de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel, em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, nos termos do art. 26 parágrafo 7º da Lei 9.514/97.

Alceste Ribas de Macedo Filho
Roseli Mazanek Ribas de Macedo
Ana Carolina Mazanek Ribas de Macedo

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 285/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.659.170-2. OBJETO: execução de reparos no Colégio Estadual General Carneiro, no Município de Roncador/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** 17 de março de 2023, às 10:00 (dez horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R\$ 1.078.414,12** (um milhão, setenta e oito mil, quatrocentos e quatorze reais e doze centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 24/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 290/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.725.862-4. OBJETO: execução de reparos no Colégio Estadual do Campo Nilo Peçanha, no Município de Ivaiporã/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** 15 de março de 2023, às 10:00 (dez horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R\$ 354.821,54** (trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 24/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 312/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.731.310-2. OBJETO: execução de reparos no Colégio Estadual Cívico-Militar Hélio Antônio de Souza, no Município de Pontal do Paraná/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** 21 de março de 2023, às 09:00 (nove horas), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R\$ 646.501,47** (seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e um reais e quarenta e sete centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 27/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 289/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.736.272-3. OBJETO: execução de reparos no Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Torres, no Município de Ponta Grossa/PR. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** 15 de março de 2023, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO R\$ 384.043,86** (trezentos e oitenta e quatro mil, quarenta e três reais e oitenta e seis centavos). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA:** 24/02/2023. Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

O Pregoeiro do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR comunica que fará realizar, no dia 10/03/2023 às 14 hs, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇO, do tipo menor preço por Lote, pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br, visando a contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisórias sistema 90. A cópia do edital poderá ser obtida também no site do TRE-PR (www.tre-pr.jus.br). Julian Velloso Pugh, Pregoeiro

AMAR - Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação
Instituto de Assistência Social para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná - FAPESP
Rua: 10 de Setembro, nº 100, Jd. São Francisco, Curitiba - PR, CEP: 81210-000
Fone: (41) 3335-4000 - Fax: (41) 3335-4001 - E-mail: amar@amarpr.org.br
Site: www.amarpr.org.br

Edital de Convocação

A AMAR - Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação, em cumprimento ao estabelecido nos §§ 1º e 2º do Art. 7º combinando com os Arts. 8º, 9º, 10º e 6º do Estatuto, convoca os Senhores Associados e demais interessados para a Eleição da Diretoria que regerá os destinos da Entidade no Biênio 2023 a 2025, a ser realizada no dia Sete de Março de Dois Mil e Vinte e Três das 08:00 horas às 18:00 horas, na sede da Creche Amar, sito a Rua: Capistrano de Abreu 395- Boa Vista na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. As chapas deverão ser entregues na Secretaria da Entidade até as 18. horas do dia Seis de Março de Dois Mil e Vinte e Três.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

O Pregoeiro do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR comunica que fará realizar, no dia 10/03/2023 às 16 hs, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇO, do tipo menor preço por item, pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br, visando aquisição de switches, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. A cópia do edital poderá ser obtida também no site do TRE-PR (www.tre-pr.jus.br). Julian Velloso Pugh, Pregoeiro

PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.
CNPJ nº 02.725.300/0001-63 - NIRE: 41.300.016.348

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição das acionistas da Pasa - Paraná Operações Portuárias S.A., na sede social, localizada no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, nº 67, Dom Pedro II, CEP 83221-565, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social de 2022.

Paranaguá, 27 de fevereiro de 2023.
Paulo Meneguetti - Diretor Presidente

3350.6620

SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A.

CNPJ nº 32.191.644/0001-09

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Relatório da Administração: Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A., acompanhada das respectivas Notas Explicativas, do Relatório do Auditor Independente, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas em conformidade com normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e também pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Mensagem da Administração: A administração continua confiante na manutenção dos pilares da economia brasileira, com inflação sob controle e taxas de juros atrativas, apostando na livre concorrência e no livre mercado. Entendemos que o aumento da inflação atrelado ao consumo é também um fator impulsionador para o mercado de seguros. A administração está consolidando sua melhor estrutura de sistemas e de controles internos, a fim de suportar as demandas do mercado com grande expectativa de volumes de operações. E entre as novas alterações está a Lei nº 13.709 conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e seu objetivo é regulamentar o tratamento de dados de clientes e usuários por parte das empresas públicas e privadas.

Descrição dos Negócios: SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A., tem sua sede em Curitiba, no Estado do Paraná e foi autorizada através da Portaria 7.237 de 13 de novembro de 2018 a operar exclusivamente com Microseguros de danos e pessoas, na 8ª região composta pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Através da Portaria 7.662 de 10 de agosto de 2020 a seguradora foi autorizada a estender suas operações à 1ª região (Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Amapá e Rondônia), objetivando operar seguros de danos e pessoas na 1ª e 8ª regiões do território nacional. Através da Portaria 7.832 de 18 de agosto de 2021 a seguradora foi autorizada a estender suas operações às seguintes regiões, a saber: 2ª (Piauí, Maranhão, Ceará), 3ª (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas), 4ª (Sergipe, Bahia), 5ª (Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), objetivando operar seguros de danos e pessoas na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 8ª regiões do território nacional.

Continuidade Operacional: A seguradora iniciou suas operações em julho de 2019 e desde então, vem aumentando a sua emissão de prêmio, no exercício de 2022 emitiu prêmios no montante de R\$ 34.562 mil (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois mil). A evolução do patrimônio

Balanco Patrimonial	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante		13.668	8.649
Disponível	4	126	640
Caixa e bancos		126	640
Aplicações	5	6.052	4.974
Títulos de renda fixa		6.052	4.974
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	7.347	2.877
Prêmios a receber		7.347	2.877
Títulos e créditos a receber	7	126	148
Antecipação de IRPJ e CSLL		86	91
Impostos a recuperar		20	57
Adiantamento de Férias		11	-
Depósitos Judiciais		5	-
Bloqueios Judiciais		4	-
Despesas Antecipadas	8	8	8
Custo de Aquisição Diferidos	9	9	2
Não Circulante		2	-
Imobilizado	10	2	-
Móveis e utensílios		2	-
Total do Ativo		13.670	8.649

Demonstração do Resultado	31/12/2022	31/12/2021
Variação no valor justo dos ativos financeiros	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	410	117
Total dos resultados abrangentes	2.637	1.333

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 01 - Da Sociedade: 1.1 - Da Constituição: A SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. doravante denominada também Seguradora ou Sudaseg, é uma sociedade anônima de capital fechado, registrada no CNPJ sob nº 32.191.644/0001-09 e foi constituída através da Assembleia Geral de Constituição (AGC) realizada em 5 de setembro de 2018, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP através da Portaria nº 7.237 de 13 de novembro de 2018, a operar exclusivamente em microseguros de danos e pessoas na 8ª região do território nacional, nos termos do Art. 2º da Circular SUSEP nº 439 de 27 de junho de 2012. Em 18/02/2019 a denominação social foi alterada através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A denominação anterior era Sudaseg Seguradora de Danos e Pessoas S.A. - Microseguradora. A seguradora, tem sua sede em Curitiba-PR e foi constituída com capital inicial de R\$ 1.100 mil (Um milhão e cem mil reais), teve um aumento de capital no valor de R\$ 1.577 mil (Um milhão e quinhentos e setenta e sete mil reais) totalmente integralizados, conforme Carta Homologatória e Ofício Eletrônico nº 148/2020/COAR4/CGE-RAT/DIR1/SUSEP Através da portaria nº 7.832 de 18 de agosto de 2021 foi autorizado aumento de Capital de R\$ 1.000 mil (Um milhão de Reais), totalizando o Capital Social de R\$ 3.677 mil (Três milhões seiscentos e setenta e sete mil reais) e autorizando a companhia atuar nas regiões 2ª, 3ª, 4ª e 5ª que correspondem aos estados do Centro-oeste e Nordeste. O capital social está distribuído entre os acionistas conforme quadro abaixo:

Sócios	% de Ações	Número	RS (Em Mil)
Luciano Vinicius Fracaro	99%	495	3.640
Lúcia Wilmar Kasimiski Fracaro de Almeida	1%	5	37
Total	100%	500	3.677

1.2 - Do Contexto Operacional: A SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A., está autorizada a operar através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 7.237, publicado no D.O.U. (Diário Oficial da União) de 13 de novembro de 2018. **Regiões em que Opera** - Atualmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a atuar nas seguintes regiões:

Regiões	Estados
1ª	Amazonas Pará Acre Roraima Amapá Rondônia
2ª	Piauí Maranhão Ceará
3ª	Pernambuco Rio Grande do Norte Paraíba Alagoas
4ª	Sergipe Bahia Goiás Distrito Federal
5ª	Tocantins Mato Grosso Mato Grosso do Sul
8ª	Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul

líquido se dá em função da lucratividade, através da boa seleção de riscos, aliado ao controle de despesas administrativas e, consequentemente, a incorporação de resultados, cumprindo assim, as exigências regulatórias de solidez financeira e de adequação regulatória. **Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos:** A política de distribuição de lucros prevê de acordo com Estatuto, dividendos mínimos aos acionistas de 25% do Lucro Líquido e o saldo após todas as deduções legais será incorporado ao Capital Social. **Reformulação, Reorganização Societárias e/ou Alteração do Controle Acionário:** A Administração ressalta que não ocorreram reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Seguradora. **Capacidade Financeira:** De acordo com as disposições contidas na legislação vigente, e alterações posteriores, a SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A., declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter seus investimentos classificados na categoria "títulos disponíveis para negociação" e aqueles investimentos destinados à cobertura de reservas técnicas na categoria "títulos mantidos até o vencimento". **Governança Corporativa:** A Diretoria Executiva da empresa tem como atribuição, garantir o cumprimento do Estatuto Social, sempre observando os princípios de boas práticas de seguros e de governança corporativa. Aprimoramos constantemente nossos mecanismos e ferramentas de governança corporativa para garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado, a transparência na gestão e na prestação de contas à sociedade, a gestão de riscos e a ética nas relações com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios. **Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:** De acordo com as diretrizes contidas na Política de Controles Internos e Política de Gestão de Riscos aprovadas pela Alta Administração, são estabelecidos procedimentos contínuos que visam o gerenciamento e a mitigação dos riscos, aos quais a instituição está sujeita. Adota, ainda, gestão baseada nos riscos, suportando a alta gestão na tomada de decisão. **Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:** No âmbito da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - PLD/FT, permanecem sendo adotadas, de forma constante, ações para melhoria nos processos, visando sempre a maior eficiência e eficácia das atividades de monitoramento, detecção, análise e comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, assim como aprimoramento de controles operacionais de detecção e treinamentos cili-

Balanco Patrimonial	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo/Circulante		6.644	3.732
Contas a pagar	11	2.216	1.621
Obrigações a pagar		1.678	709
Impostos e encargos sociais a recolher		77	105
Encargos trabalhistas		168	179
Impostos e contribuições		293	626
Outras Contas a Pagar		-	2
Débitos de operações com seguros e resseguros	12	2.134	696
Prêmios a Restituir		630	630
Corretores de seguros e resseguros		775	66
Estipulantes de seguros		1.359	-
Depósito de terceiros	13	273	432
Provisões técnicas - seguros	14	1.856	975
Pessoas		1.856	975
Outros débitos	18	165	8
Provisões Cíveis		165	8
Passivo não Circulante		164	47
Outros débitos	19	164	47
Tributos diferidos		164	47
Patrimônio Líquido	20	6.862	4.870
Capital social		3.677	3.677
Capital em aprovação		423	-
Reservas de lucros		2.352	1.076
Ajuste de avaliação patrimonial		410	117
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		13.670	8.649

1.3 - Da Gestão de riscos: A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte atual dos negócios, com o devido reconhecimento das obrigações de Gestão de Riscos em conformidade com a legislação pertinente em vigor, e consubstanciada nos manuais de controles internos aprovados pela Administração da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. A aplicação das normas é baseada em processos de acompanhamento, mensuração e mitigação dos riscos, cujo desafio é manter a adequação das provisões técnicas, a solidez dos seguros comercializados, dos fluxos de caixa, da gestão de pessoas e dos fluxos de sistemas de informações. Os riscos mínimos a serem observados, segundo as recomendações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP são: **a) Risco de Mercado** - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos mercadológicos tais como risco de taxa de juros, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. No que tange à exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. **b) Risco de Subscrição** - A seguradora analisa individualmente os riscos apresentados pelos segurados e estabelece um nível de exposição. Atualmente o portfólio de seguros consiste, basicamente, em riscos de Vida. **c) Risco de Crédito** - o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. A seguradora decidiu manter seus recursos aplicados em títulos de Renda Privados do Banco do Brasil (conforme nota 05), para melhor gerir o risco de contraparte. **d) Risco Operacional** - Definimos risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A seguradora adotou regras prudenciais para se manter operando sempre no patamar adequado, obtendo lucro nas operações, para fazer frente aos Sinistros e Despesas, mantendo a qualquer tempo, suficiência em relação ao Capital Mínimo Requerido - CMR. **e) Risco de Liquidez** - A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de gerar, por meio do curso normal do negócio, bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das provisões/reservas relacionadas aos riscos do negócio. São acompanhados, periodicamente, os índices de liquidez definidos pela SUSEP tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros x Provisões Técnicas. **Nota 02 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** a) Preparação: as demonstrações financeiras da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela SUSEP, e em consonância às Circulares da SUSEP vigente e alterações posteriores. b) Apresentação: a Demonstração do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 requer a comparabilidade do Balanco Patrimonial com o correspondente do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais tiveram quando aplicável suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do período atual. Adicionalmen-

te, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações Financeiras do exercício foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da seguradora, exceto quando informada de outra forma. **d) As presentes Demonstrações Financeiras do exercício foram aprovadas pela diretoria da seguradora em 08/02/2023. Nota 03 - Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Apuração do Resultado** - é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas sejam incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. **b) Aplicações** - Os títulos privados estão classificados na categoria disponíveis para negociação - os títulos são registrados no ativo circulante pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado, onde ganhos e perdas realizados são reconhecidos no resultado. **c) Estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação às estimativas são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. **d) Avaliação Ativos e Passivos** - Os demais ativos e passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. **e) Controles Internos** - O programa de Controles Internos, vem sendo implementado desde o início das operações da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A., e está sob responsabilidade direta da administração. Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações. A Administração da seguradora está concluindo a estruturação de todos os manuais de Produtos, Processos, Organização e Política Corporativa da seguradora, que estarão em conformidade com as principais referências, leis e regulamentações. **f) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo** - A seguradora está empenhada no rigor da legislação aplicada e no acultamento dos seus colabo-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Capital em aprovação	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	2.677	1.000	393	36	-	4.106
Aumento de Capital	1.000	(1.000)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	81	-	81
Resultado líquido do Exercício	-	-	-	-	1.216	1.216
Proposta para Distribuição do Lucro	-	-	-	-	(289)	(289)
Reserva legal	-	-	61	-	(61)	-
Dividendos	-	-	(244)	-	-	(244)
Reservas de Lucros	-	-	866	-	(866)	-
Saldo em 31 de dezembro 2021	3.677	-	1.076	117	-	4.870
Integralização da AGE 25/11/2022	-	423	-	-	(423)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	292	-	292
Resultado líquido do Exercício	-	-	-	-	2.227	2.227
Proposta para Distribuição do Lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	111	-	(111)	-
Dividendos	-	-	-	-	(529)	(529)
Reservas de Lucros	-	-	1.164	-	(1.164)	-
Saldo em 31 de dezembro 2022	3.677	423	2.352	410	-	6.862

Demonstração do Resultado	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	21	34.562	16.796
Variações das Provisões Técnicas de prêmios		(637)	(5)
Prêmios ganhos	21	33.925	16.791
(-) Sinistros ocorridos	21	(3.434)	(2.576)
(-) Custos de aquisição	21	(3.868)	(5.885)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	21	(16.307)	(583)
(-) Despesas Administrativas	21	(4.994)	(4.670)
(-) Despesas com Tributos	21	(1.830)	(900)
(+) Resultado Financeiro	21	284	102
Resultado Operacional		3.776	2.279
Resultado antes dos Impostos e Participações		3.776	2.279
(-) Imposto de renda	22	(901)	(530)
(-) Contribuição social	22	(648)	(455)
Participações sobre o resultado		-	(78)
Lucro/Prejuízo do período		2.227	1.216
Quantidade de ações		500	500
Lucro Líquido por ação		4	2

te, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações Financeiras do exercício foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da seguradora, exceto quando informada de outra forma. **d) As presentes Demonstrações Financeiras do exercício foram aprovadas pela diretoria da seguradora em 08/02/2023. Nota 03 - Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Apuração do Resultado** - é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas sejam incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. **b) Aplicações** - Os títulos privados estão classificados na categoria disponíveis para negociação - os títulos são registrados no ativo circulante pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado, onde ganhos e perdas realizados são reconhecidos no resultado. **c) Estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação às estimativas são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. **d) Avaliação Ativos e Passivos** - Os demais ativos e passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. **e) Controles Internos** - O programa de Controles Internos, vem sendo implementado desde o início das operações da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A., e está sob responsabilidade direta da administração. Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações. A Administração da seguradora está concluindo a estruturação de todos os manuais de Produtos, Processos, Organização e Política Corporativa da seguradora, que estarão em conformidade com as principais referências, leis e regulamentações. **f) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo** - A seguradora está empenhada no rigor da legislação aplicada e no acultamento dos seus colabo-

ção digital e permanece comprometida em disponibilizar uma experiência digital cada vez mais segura e transparente no tratamento de dados. **Ouidoria:** A Área de Ouvidoria da SUDASEG tem como principal função estreitar o relacionamento com os clientes, mediante a devida dos seus direitos, esclarecendo-os dos seus direitos e deveres, como o propósito de prevenir e solucionar conflitos. **Marketing Cultural e Esportivo:** A empresa reconhece o valor do esporte e cultura, que cumpre uma importante função de inclusão social. A marca SUDASEG, já está presente em vários eventos esportivos locais, com pretensão de apoio ao esporte em maior representatividade nos próximos exercícios. **Recursos Humanos:** Uma diretriz da gestão de Recursos Humanos é o aumento do engajamento e do comprometimento dos colaboradores para excelência da entrega aos clientes, adotando atitudes com foco na transformação digital e à cultura de inovação. A empresa investe em capacitação plena de equipes, oportunizando contratações mesmo em períodos adversos. Foi foco especial da companhia o cuidado, ainda do ambiente laboral e com máxima atenção à pandemia da Covid 19, com adoção de medidas para proteção dos colaboradores, através da implementação do regime de trabalho remoto, mantendo o equilíbrio funcional e de produtividade. No primeiro semestre de 2022 a companhia reduziu seu quadro de colaboradores priorizando uma estrutura organizacional menor, mas com uma eficácia melhor. **Responsabilidade Socio Ambiental:** Iniciativas de redução do consumo de energia nos novos espaços construídos, priorizando iluminação natural do edifício e adotando lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, juntamente com ações de conscientização de consumo de água e redução dos descartáveis são iniciativas primárias da preocupação com os recursos naturais do meio ambiente. **Agradecimentos:** Agradecemos, o apoio e a confiança de nossos acionistas, clientes, fornecedores, corretores e representantes, assim como, agradecemos também, aos nossos colaboradores pela dedicação prestada. Especialmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expressamos o nosso reconhecimento profissional pelo apoio e orientação prestados, contribuindo sempre de forma positiva, para os objetivos da seguradora.

Curitiba/PR, 17 de fevereiro de 2023

A Demonstração	Aumento Capital em aprovação	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	2.677	1.000	393	36	4.106
Aumento de Capital	1.000	(1.000)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	81	81
Resultado líquido do Exercício	-	-	-	-	1.216
Proposta para Distribuição do Lucro	-	-	-	-	(289)
Reserva legal	-	-	61	-	(61)
Dividendos	-	-	(244)	-	(244)
Reservas de Lucros	-	-	866	-	(866)
Saldo em 31 de dezembro 2021	3.677	-	1.076	117	4.870
Integralização da AGE 25/11/2022	-	423	-	-	(423)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	292	292
Resultado líquido do Exercício	-	-	-	-	2.227
Proposta para Distribuição do Lucro	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	111	-	(111)
Dividendos	-	-	-	-	(529)
Reservas de Lucros	-	-	1.164	-	(1.164)
Saldo em 31 de dezembro 2022	3.677	423	2.352	410	6.862

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguros	34.552	22.273
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	287	-
Pagamentos de Sinistros, Benefícios, Resgates e Comissões	(16.098)	(12.121)
Pagamentos de despesas obrigações	(12.314)	(5.840)
Pagamentos de Participação nos Resultados	(529)	(245)
Caixa Gerado pelas Operações	5.898	4.067
Impostos e Contribuições Pagos:	(5.298)	(2.433)
Juros Pagos	-	(3)
Investimentos financeiros:	(557)	(1.113)
Aplicações	(1.533)	(1.334)
Vendas e resgates:	976	221
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	43	519
Atividades de Investimento	2	-
Pagamento pela compra Imobilizado	2	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	2	-
Atividades de Financiamento	(559)	80
Aumento de Capital	423	-
Outros	(982)	80
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamentos	(559)	80
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(514)	599
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	640	41
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	126	640
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(514)	599

radadores, fazendo cumprir sua política de PLD-FT, implementando ações de treinamento para todos os colaboradores detalhando o assunto; **g) Combate à Fraude** - Todos os colaboradores receberam treinamento específico sobre o assunto e serão implementados os canais de comunicação, para recebimento de denúncias. **h) Código de Ética e Conduta Profissional** - A seguradora implementou o código de ética e conduta profissional, e tem por objetivo promover e sustentar os valores da honestidade, da integridade e do respeito às pessoas em todas as áreas de atuação da seguradora e explicando a cada um dos colaboradores, que esses valores, ao lado dos princípios e políticas apresentados neste Código, estabeleçam os padrões éticos que todos os colaboradores devem observar no dia a dia de suas relações pessoais e profissionais na SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. e constituem a essência de nossa maneira de atuar. **i) Auditoria Interna** - A diretoria é responsável no planejamento e coordenação dos trabalhos de Auditoria preventiva na área operacional e sistemas, com objetivo de nortear a aplicação dos controles internos que permitem a identificação dos riscos. **Nota 04 - Disponibilidade:** Em 31 de dezembro de 2022 a importância de R\$ 126 (MIL) e R\$ 640 (MIL) em 31 de dezembro de 2021, correspondem aos saldos bancários disponíveis, e não estão vinculados a linhas de crédito ou de financiamento, e estão demonstrados a seguir:

Disponível	31/12/2022	31/12/2021
Bancos Conta Movimento	126	640
Total	126	640

Nota 05 - Aplicações: A Circular SUSEP vigente e suas alterações posteriores, estabelece critérios para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, classificando-os nas categorias: Títulos Mantidos para Negociação, conforme estabelecido, os mesmos estão classificados e ajustados como segue: **Títulos de Renda Fixa - Privados** - As cotas do fundo de investimentos estão constituídas pelo

continua ->

★ continuação

valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos. Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador do Fundo BB RF VIP e do Fundo BB RF PLUS AGIL, além de outras aplicações que são títulos de capitalização, que até a data do balanço estão classificados como títulos mantidos

para negociação. **Títulos de Renda Fixa - Públicos** - Os títulos públicos estão constituídos pelo valor justo. Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, dos papéis LFTs e até a data desta demonstração contábil estão classificados como títulos mantidos até o vencimento.

Categoria	Valores de Mercado		Valor		31/12/2022		31/12/2021	
	01 a 180 dias	180 dias	Custo	Vencimento	Parâmetro	Valores de Mercado	01 a 180 dias	180 dias
Natureza dos Títulos								
Mantidos até o vencimento								
Títulos de Renda Fixa - Públicos			555	475	01/03/2023	SELIC		494
Títulos de Renda Fixa - Públicos			63	54	02/03/2023	SELIC		56
Títulos de Renda Fixa - Públicos			416	360	01/09/2023	SELIC		337
Títulos de Renda Fixa - Públicos			1.364	1.129	01/03/2024	SELIC		1.215
Títulos de Renda Fixa - Públicos			63	56	01/09/2025	SELIC		11
Títulos de Renda Fixa - Públicos			403	389	01/03/2026	SELIC		
Títulos de Renda Fixa - Públicos			126	115	01/09/2027	SELIC		
Mantidos para negociação								
Títulos de Renda Fixa - Privado	3.034	-	-	-	à vista	DI	2.834	
Outrocap - Privado	28	-	-	-	à vista	DI	27	
Sub total	3.062	2.990					2.861	2.113
Total		6.052						4.974

Nota 6 - Créditos das Operações com Seguros e Resseguros: Os prêmios a receber contemplam os prêmios diretos, uma vez que, a Sudaseg não opera com divisão (cosseguro) ou transferência (resseguro) de riscos. Os prêmios são devidos em parcela única, direto por vencimento, não havendo parcelamento de prêmio, e estão distribuídos conforme abaixo:

Microseguros	De 01 a 60 Dias		De 61 a 120 Dias		De 121 a 180 Dias		De 181 a 365 Dias		Superior a 365 Dias		Total
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Prêmios a Receber Vencidos	1.254		31		2						1.287
(-) Redução ao Valor Recuperável (RaVR)											
Referente a Prêmios a Receber Vencidos			-31		-2						-33
Pessoas Individual											
Prêmios a Receber Vencidos	6.093		165		21		1				6.281
(-) Redução ao Valor Recuperável (RaVR)											
Referente a Prêmios a Receber Vencidos			-165		-21		-1				-187
Total											
Prêmios a Receber Vencidos	7.347		196		23		1				7.568
(-) Redução ao Valor Recuperável (RaVR)											
Referente a Prêmios a Receber Vencidos			-196		-23		-1				-221
Microseguros											
Prêmios a Receber Vencidos	1.746		112		12		0				1.870
(-) Redução ao Valor Recuperável (RaVR)											
Referente a Prêmios a Receber Vencidos			-112		-12		-0				-124
Pessoas Individual											
Prêmios a Receber Vencidos	1.131		136		67		40				1.374
(-) Redução ao Valor Recuperável (RaVR)											
Referente a Prêmios a Receber Vencidos			-136		-67		-40				-244
Total											
Prêmios a Receber Vencidos	2.877		248		79		41				3.244
(-) Redução ao Valor Recuperável (RaVR)											
Referente a Prêmios a Receber Vencidos			-248		-79		-41				-367

A Seguradora não possui estudo técnico para os ativos e realiza a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência supera 60 dias da data do vencimento do crédito, onde reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente, cujo valor corresponde à totalidade dos valores a receber, independentemente se houver outros valores a vencer do mesmo devedor. **Nota 7 - Títulos e Créditos a Receber:**

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e Créditos a receber		
Antecipações de IRPJ e CSLL	86	91
Impostos a Recuperar	20	57
Adiantamento de Férias	11	-
Depósitos Judiciais	5	-
Bloqueios Judiciais	4	-
Total	126	148

7.1 - O imposto de renda e a contribuição social ativo são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos ativos é revisada no final de cada semestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. 7.2 - Adiantamentos de Férias - Contempla férias dos funcionários a serem apropriadas no mês seguinte. 7.3 - Depósitos Judiciais - Referente a causa trabalhista a qual não representa risco para a seguradora. 7.4 - Bloqueios Judiciais - Valor referente a bloqueio de conta. **Nota 8 - Despesas Antecipadas:** Valor referente a apólice de seguro D&O da diretoria:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Antecipadas		
Seguros	8	8
Total	8	8

Nota 9 - Custo de Aquisição Diferido: Os custos de aquisição diferidos das operações de seguros apresentaram o seguinte saldo:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido		
Seguros	9	2
Total	9	2

Nota 10 - Imobilizado: A seguir, demonstramos a movimentação do ativo imobilizado (valores demonstrados em reais):

	31/12/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)
Imobilizado		
Móveis, Máquinas e Utensílios	2.000	-
(-) Depreciação	(17)	-
Total	1.983	-

Nota 11 - Contas a Pagar: O grupo de Contas a Pagar está assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Pagar		
Obrigações a pagar	1.678	709
Impostos e encargos sociais a recolher	77	105
Encargos trabalhistas	168	179
Impostos e Contribuições	293	626
Outras contas a pagar	-	2
Total	2.216	1.621

Provisões Técnicas	31/12/2022		31/12/2021	
	Vida em Grupo	1391 de Pessoas	Vida em Grupo	1391 de Pessoas
Provisão de PPNG	0	618	24,3	643
Provisão de PSL	0	155	377	532
Provisão de IBNR	139	80	446	665
Provisão de PDR	2	3,3	11	17
Total	141	856	859	1.856

Nota 15 - Teste de Adequação de Passivos: Conforme requerido pela legislação vigente, a SUDASEG elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O TAP levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutos de resseguro. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgadas pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa ANBIMA - CUPOM DE IPCA obtida a partir dos parâmetros informados para 31 de dezembro de 2022. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. De acordo com a característica atual dos produtos comercializados pela SUDASEG (Ramos 1391 e 1601), para este Teste os contratos são agrupados em base única com características de risco similares. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas rela-

cionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, e atualizados os ajustes do PLA associados à variação dos valores econômicos. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais (PCC) aos passivos de seguro já registrados na data-base de 31 de dezembro de 2022. Especificamente, sobre o Ramo 0993 (Grupo 09 - Pessoas Coletivo), a Diretoria decidiu por uma significativa redução das operações neste Ramo que chegou a representar em 2021 cerca de 18,55% da arrecadação, e em 2022 representou apenas 4,31%, não havendo nenhuma apólice ativa nesse ramo em 31/12/2022. Tal decisão foi fundamentada em estratégias que levaram em consideração níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, e liquidez diante dos altos índices de sinistralidade apresentados pelo produto comercializado neste Ramo. **Nota 16 - Teste de Sensibilidade:** Em conformidade com o que determina a legislação vigente, e em razão das características dos produtos comercializados pela SUDASEG, constituídos no regime financeiro de repartição simples, sem pagamento de rendas por sobrevivência, entendemos que a análise de sensibilidade se faz necessária nas seguintes variáveis: **1) Taxas de juros:** Um método para analisar o impacto da variável taxa de juros nos produtos de seguros é alterar a taxa de juros ETTJ e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, consideramos uma variação na taxa ETTJ em 10%, aumento e diminuição, e aferimos os valores des-

contados das estimativas correntes. **Tabela 1 - Análise da Taxa de juros**

Data-Base	Taxa de Juros	Resultado TAP
31/12/2022	ETTJ X 110%	23.033
31/12/2022	ETTJ	23.231
31/12/2022	ETTJ X 90%	23.433

Conclusão: As alterações na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, em +10% e -10%, não modificam significativamente o resultado do TAP, a SUDASEG continuaria SEM necessidade de registro de provisões adicionais (PCC). **2) Mortalidade e Invalidez:** Um método para analisar o impacto da mortalidade é estressar a severidade e a frequência dos pagamentos de sinistros e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma elevação de 10% nas taxas de mortalidade e invalidez futuras, projetadas no TAP e conferir como se dará o impacto.

Tabela 2 - Análise da Mortalidade e Invalidez

Data-Base	Mortalidade e Invalidez	Resultado TAP
31/12/2022	Atual	23.231
31/12/2022	Atual X 110%	21.359

Tabela 2 - Análise da Mortalidade e Invalidez: Conclusão: A elevação em 10% nos decrementos de mortalidade e invalidez projetados no TAP não modifica significativamente o resultado, a SUDASEG continuaria SEM necessidade de registro de provisões adicionais (PCC). **3) Sinistralidade:** Nesta análise específica, consideramos uma elevação nos valores dos sinistros retidos, durante o exercício atual e com isso observamos o impacto na sinistralidade do período analisado.

Tabela 3 - Análise de Sinistralidade

Data-Base	Prêmio Ganho	Sinistro Retido	Sinistralidade
31/12/2022	33.920.531	3.434.412	10,12%
31/12/2022	33.920.531	5.151.618	15,19%

Conclusão: A elevação em 50% nos valores dos sinistros retidos, durante o exercício avaliado, não acarretaria desequilíbrio financeiro. A sinistralidade recalculada mantém a SUDASEG com índices aceitáveis, dentro dos padrões do mercado. **Nota 17 - Desenvolvimento de Sinistro:** No quadro, que segue, demonstramos a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Os Sinistros Ocorridos são apresentados somente brutos de resseguro e causas judiciais, pois a SUDASEG não tem contrato ativo com resseguradores, e nem sinistros judiciais até o momento.

Sinistros Administrativos	(MIL)			
	Ano de ocorrência:	2019	2020	2021
Incorrido				
Até a data-base		38	546	4.344
Um ano depois		48	581	4.429
Dois anos depois		65	609	
Três anos depois		65		
Posição em 31/12/2022		65	609	4.429
Pago acumulado				
Até a data-base		(38)	(434)	(3.583)
Um ano depois		(38)	(471)	(3.668)
Dois anos depois		(50)	(491)	
Três anos depois		(65)	(491)	(3.668)
Posição em 31/12/2022		-118	761	532
Sinistros em 31/12/2022		(28)	(63)	(85)
Diferença acumulada		-42%	-13%	-2%

Nota 18 - Outros Débitos: O grupo Outros Débitos se refere ao saldo de Provisões Cíveis no valor de R\$ 165 (mil) em 31/12/2022 e R\$ 8 (mil) em 31/12/2021. **Nota 19 - Passivo não Circulante:** O Passivo Não Circulante é constituído de Saldos de Impostos Diferidos.

Contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos	164	47
Total	164	47

Nota 20 - Patrimônio Líquido e Capital Social: **Nota 20.1 - Capital Social:** O Capital Social subscrito e totalmente integralizado é representado por 500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, no total de R\$ 3.677 mil (Três milhões seiscentos e setenta e sete mil reais). Conforme processo nº 15414.639081/2022-61 foi dado entrada em um processo de aumento de Capital no valor de R\$ 423 (mil), que está em aprovação pela SUSEP. **Nota 20.2 - Ganhos não Realizados com Títulos e Valores Mobiliários:** Os Resultados com Ativos Mantidos ao Vencimento apresentam os seguintes saldos:

	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos não Realizados com Títulos - LFTs		
LFTs - Marcação a Mercado	410	117
Total	410	117
Nota 20.3 - Reserva de Lucro: A Reserva Legal é constituída ao final do exercício social, com a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido; do saldo foram destinados 25% (vinte e cinco por cento) para Dividendo mínimo obrigatório e o saldo remanescente para Reservas de Lucro, conforme o Estatuto Social. Nota 20.4 - Dividendos: De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas o recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. Nota 21 - Detalhamento do Resultado Técnico: As principais contas da demonstração de resultado apresentam os seguintes saldos:		
Detalhamento do Resultado		

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos		
Prêmios emitidos	38.792	20.487
Prêmios cancelados	(4.230)	(3.690)
Total	34.562	16.797
Prêmios não Realizados		
Provisão de Prêmios não ganhos	(637)	(5)
Total	(637)	(5)
Sinistros ocorridos		
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(3.434)	(2.576)
Total	(3.434)	(2.576)
Custo de aquisição		
Comissão sobre prêmios emitidos	(3.868)	(5.885)
Total	(3.868)	(5.885)
Outras despesas e receitas operacionais		
Serviço de Teletendimento	(16.291)	-
Provisões Cíveis de Segurados	(162)	-
Redução ao valor recuperável	146	(583)
Total	(16.307)	(583)

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(2.504)	(2.429)
Serviços de terceiros	(1.736)	(1.391)
Localização e funcionamento	(614)	(664)
Outras despesas	(135)	(102)
Total	(4.989)	(4.586)
Despesas com tributos		
Colins	(1.231)	(603)
PLS	(200)	(98)
Taxa de fiscalização	(399)	(198)
Total	(1.830)	(899)

Donativos e Contribuições		
Contribuição - Entidade de Classe	(5)	(79)
Patrocínio - Lei Rouanet	-	(6)
Total	(5)	(85)

Resultado financeiro		
Receitas financeiras	287	105
despesas financeiras	(3)	(3)
Total	284	102
Resultado antes de impostos	3.776	2.280
Imposto de Renda	(901)	(530)
Contribuição Social	(648)	(455)
Participação no Lucros	-	(78)
Lucro/Prejuízo	2.227	1.216

Nota 22 - Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro: Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data do encerramento do exercício. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240.000 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 15% no período compreendido entre janeiro a julho de 2022 e, em razão da promulgação da Medida Provisória 1.115/22, convertida na Lei 14.446/22, a alíquota da CSLL é de 16% no período de agosto a dezembro de 2022, retornando à alíquota original de 15% a partir de janeiro de 2023. O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
IRPJ/CSLL		
Resultado antes dos impostos e participações	3.776	2.279
Participação nos lucros	-	(78)
Adições	-	(6)
Base de cálculo	3.776	2.207
Alíquota nominal (*)	41%	40%

Imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	1.549	985
Diferenças Permanentes	117	32
Imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	1.432	953
Imposto de renda e contribuição corrente	1.432	953
Imposto de renda e contribuição diferido	117	32
Total	1.549	985

(*) Alíquota de 15% para CSLL até junho/2021 e 20% a partir de julho/2021 até dezembro/2021. Em 2022 a alíquota foi de 15% de janeiro/2022 até julho/2022 e 16% a partir de agosto/2022 até dezembro/2022. **Nota 23 - Conciliação entre o Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais:**

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido		
Mais:	2.227	1.216
Variação de Contas a pagar - curto prazo	712	1.236
Variação de Depósitos de terceiros	159	-
Variação das Provisões Técnicas	881	629
Variação de Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	1.438	432
Variação de outros débitos	158	3
Variação de títulos e créditos a receber	21	-
Variação de despesas antecipadas	-	242
Variação de tributo diferido	-	32
Menos:		
Variação da Contas a Pagar		
Variação de Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	(4.470)	(1.643)
Variação de Títulos e Valores Mobiliários	-	80
Variação de Aplicações	(1.077)	(1.490)
Variação de títulos e créditos a receber	-	(57)
Variação de tributos diferidos	(7)	(1)

★ continuação			
Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
1601	Vida Individual	AT-83 Male	Corretagem: De 0,5% a 80% Representante de Seguros: De 0,0% a 80% Margem de Lucro: De 0,5% a 80% Despesas Administrativas: De 0,5% a 80%
1601	Vida Coletivo	AT-83 Male	Corretagem: De 0,5% a 80% Representante de Seguros: De 0,0% a 80% Margem de Lucro: De 0,5% a 80% Despesas Administrativas: De 0,5% a 80%
1391	Vida Individual SUDASEG	AT-2000 Female	Corretagem: De 0,5% a 80% Agenciamento: De 0,0% a 80% Margem de Lucro: De 0,5% a 80% Despesas Administrativas: De 0,5% a 80%

Nota 26 - Partes Relacionadas: A Administração definiu como Partes relacionadas à Seguradora os seus acionistas com participação relevante, empresas a ele ligadas, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 5 - Divulgação sobre partes relacionadas. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas abaixo: • Operação de prêmios a receber no montante de R\$ 6.093 (mil) com a Sudacred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e das empresas de Pequeno Porte Ltda.; • Obrigações a

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. Curitiba - PR. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e comparativo com 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós examinadas, com emissão de relatório em 21 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, conside-

rar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialida-

de Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas

de Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluín-

pagar no montante de R\$ 858 (mil) com a Sudacred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e das Empresas de Pequeno Porte Ltda. **Nota 27 - Evento Subsequentes:** Em 2022 foi encaminhado à SUSEP pleito de ampliação da área geográfica de atuação para incluir a possibilidade de operação na Região "6" (RJ, ES, MG), e um aumento de Capital Social no valor de R\$ 423 (mil), pleito este, que na data de fechamento do exercício de 2022, continua em fase de avaliação na SUSEP. Um projeto para o ano de 2023 é pleitear uma nova ampliação de área geográfica para inclusão da Região "7" (SP). Em fevereiro de 2023 a SUDASEG registrou junto à SUSEP, nos termos da Circular SUSEP nº 657, de 01 de abril de 2022 (revogou a Circular SUSEP nº 438, de 15 de junho de 2012) um novo produto Prestamista Coletivo) que já está passível de comercialização com o Número do Processo: 15414.601537/2023-00. Curitiba (PR), 31 de dezembro de 2022

Diretores	
Luciano Vinícius Fracaro - Diretor-Presidente	
Eliuseu Brasilísio Stelmachuk - Diretor	
Contador	
Mariana da Mota Valdiero de Azevedo	CRC/RJ 102375/O S/PR
Atuário	
Gerlan Rodrigues dos Santos - Atuário MIBA 1180	

Sobre as Demonstrações Financeiras

de de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre (RS), 17 de fevereiro de 2023

LG SANTOS - Auditores & Associados S/S
CRC/RS nº 04.420/O-0 "S/PR"
Luiz Gustavo Oliveira dos Santos
Contador: CRC/RS 039.777/O-5 "S/PR"

Parecer dos auditores atuariais independentes

do a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SUDASEG Seguradora de Danos e Pessoas S/A em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no

primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2023
Prime Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda
CNPJ 09.434.033/0001-14
Atuário: Havilla Donnell de Souza - MIBA 1226

Reservas: (41) 3350-6620

OS INVESTIDORES ESTÃO DE OLHO NOS SEUS GASTOS. ATÉ MESMO O GASTO COM ESTE ANÚNCIO.

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

BEM
PARANÁ

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto**EXTRATO TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2023**

A Câmara Municipal de Araucária - PR torna público o Processo de compra nº 08/2023 para firmar contrato com a empresa "ICAP - INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA LTDA", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.727.713/0001-02, com sede à RUA DOUTOR JOÃO COLIN, 1285, SALA 3, JOINVILLE - SC. **OBJETO:** Participação, através de 02 (duas) inscrições para o curso "Controle Interno e Externo no Contexto da Administração Pública Municipal", que será realizado entre os dias 28 de fevereiro a 03 de março do corrente ano na cidade de Curitiba/PR. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 3.3.90.39.48.00 - Serviço de seleção e treinamento. **FUNDAMENTAÇÃO:** AArt. 25, II c/c art. 13 da Lei nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 71/2023. **RATIFICAÇÃO DE INEXIBILIDADE EM:** 23/02/2023. Araucária, 23 de fevereiro de 2023. Ben Hur Custódio de Oliveira **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA.**

EXTRATO DA PORTARIA Nº 49/2023

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis, e de acordo com o Processo Administrativo 082/2023, **RESOLVE I** - Designar o servidor João Edenilson Penter, portador do RG nº 856.348.36 e CPF nº 038.418.909-11 para participar do Evento "Controle Interno e Externo no Contexto da Administração Pública Municipal", ministrado pelo ICAP (Instituto de Capacitação e Pesquisa Ltda), que será realizado entre os dias 28 de fevereiro e 03 de março do corrente ano na cidade de Curitiba - PR, II - Autorizar o empenho em nome do servidor no valor de R\$ 188,11 (cento e oitenta e oito reais e onze centavos), correspondente a 01 (uma) diária, que deverá ser depositada no Banco do Brasil, agência 1467-2, conta-corrente nº 30279-1. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 24 de fevereiro de 2023. Ben Hur Custódio de Oliveira **PRESIDENTE**, Irineu Cantador 1º **SECRETÁRIO** e Ricardo Teixeira de Oliveira 2º **SECRETÁRIO.**

EXTRATO DA PORTARIA Nº 50/2023

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis, e de acordo com o Processo Administrativo 083/2023, **RESOLVE I** - Designar a servidora Edinauva Rodrigues de Oliveira, portadora do RG nº 6.385.112-04 e CPF nº 928.123.419-04 para participar do Evento "Controle Interno e Externo no Contexto da Administração Pública Municipal", ministrado pelo ICAP (Instituto de Capacitação e Pesquisa Ltda), que será realizado entre os dias 28 de fevereiro e 03 de março do corrente ano na cidade de Curitiba - PR, II - Autorizar o empenho em nome da servidora no valor de R\$ 188,11 (cento e oitenta e oito reais e onze centavos), correspondente a 01 (uma) diária, que deverá ser depositada no Banco do Brasil, agência 1467-2, conta-corrente nº 74.877-3. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 24 de fevereiro de 2023. Ben Hur Custódio de Oliveira **PRESIDENTE**, Irineu Cantador 1º **SECRETÁRIO** e Ricardo Teixeira de Oliveira 2º **SECRETÁRIO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023

*DATA LIMITE PARA PROTOCOLAR OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 15/03/2023 às 08h30min. *DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/03/2023 às 09h00min. Objeto: "SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PANIFICAÇÃO". Valor Máximo: R\$ 143.238,70 (cento e quarenta e três mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta centavos). Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado no site da Prefeitura através do Portal da Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-136/con_licitacoes.faces. Dúvidas: (41) 3699-8640.

Almirante Tamandaré, 27 de fevereiro de 2023.

LUIZ CARLOS TEIXEIRA DA LUZ
Pregoeiro Oficial

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2.1010/2023 (Reliquação)
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOLUÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO SES/SENA/PIEP/IEL
DATA DE ABERTURA: 07 de março às 09h
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3.0664/2023
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBULAÇÃO PARA ESGOTO EM PVC, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO SESITECH - RACIONALIZAÇÃO PARA REDES DE SANEAMENTO EM PARCERIA COM A EMPRESA METRO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
DATA DE ABERTURA: 06 de março de 2023 às 9h
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

TIPO: LEILÃO Nº 2.1031/2023
OBJETO: ALIENAÇÃO DO IMÓVEL SESI-PR LOCALIZADO NA CIDADE DE MATINHOS (casa de apoio) - PARANÁ
DATA DE ABERTURA: 28 de março de 2023 às 10h
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>



Sindicato dos Clubes Esportivos, de Cultura Física e Hípicos do Estado do Paraná

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindiclubes-PR, com sede na Rua Marechal Deodoro, 51, conjunto 1701, Centro, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80020-320, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os Clubes associados, adimplentes com suas obrigações financeiras perante o já referido sindicato patronal, para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 27 de março de 2023 (segunda-feira), em sua sede na Rua Marechal Deodoro, 51, conjunto 1701, Centro, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80020-320, às 09h em 1ª convocação ou em 2ª convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes. **ORDEM DO DIA:**

1º) Analisar e votar o Relatório Geral e o Balanço Financeiro da diretoria referente ao ano de 2022.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2023.

Ali Tarbine - Presidente

AVISOS DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO, através da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2023 - PMSJT**. Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de peças e acessórios de reposição de manutenções preventivas e corretivas para Mecânica, Funilaria, Pintura, Elétrica, Vidraçaria, usinagem e metalurgia de acordo com as especificações técnicas, com base nas tabelas das fabricantes/montadoras, para manutenção da frota pública de equipamentos da linha pesada (maquinas pesadas) pertencentes a Prefeitura Municipal de São João do Triunfo. **Abertura: 14/03/2023** às 09h:00min. Critério de Julgamento: menor preço unitário por lote, **através do maior desconto**. Valor máximo: R\$ 680.000,00. O Edital deverá ser retirado na Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, Departamento de Licitações, Compras e Contratos, Rua Tenente Cel Carlos Souza, 312, Centro, São João do Triunfo, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h40min e das 13h30min às 16h30min, através do site ou www.bll.org.br, ou ainda no site: www.sjtrunfo.pr.gov.br (Portal da Transparência).

São João do Triunfo, 27 de fevereiro de 2023.
Maria Angélica Gabre Halila - Secretária Municipal de Administração

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO, através da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2023 - PMSJT**. Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica e elétrica para manutenção da frota pública de equipamentos da linha pesada, lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Urbanismo, Obras e Serviços Públicos. **Abertura: 15/03/2023** às 09h:00min. Critério de Julgamento: Menor preço unitário por item. Valor máximo: R\$ 649.500,00. O Edital deverá ser retirado na Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, Departamento de Licitações, Compras e Contratos, Rua Tenente Cel Carlos Souza, 312, Centro, São João do Triunfo, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h40min e das 13h30min às 16h30min, através do site ou www.bll.org.br, ou ainda no site: www.sjtrunfo.pr.gov.br (Portal da Transparência).

São João do Triunfo, 27 de fevereiro de 2023.
Maria Angélica Gabre Halila - Secretária Municipal de Administração

PROJUDI - Processo: 0026651-84.2016.6.16.0035 - Ref. mov. 351.1 - Assinado digitalmente por Márcia Hübler Mosko:14183 08/02/2023: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO Arq: Edital PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS 3ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI Rua João Ângelo Cordeiro, s/n - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-570 - Fone: (41)3434-8412 - E-mail: sjp3civel@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): THAIS DE ARAÚJO FIGUEIRA XAVIER
PRazo DE 15 dias úteis

A Juíza de Direito Márcia Hübler Mosko, da 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Prestação de Serviços, sob nº 0026651-84.2016.6.16.0035, em que é(são) exequente(s) INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA LTDA, e executado(s) THAIS DE ARAUJO FIGUEIRA XAVIER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido THAIS DE ARAUJO FIGUEIRA XAVIER, portador(a) do CPF 068.437.089-19. Desta forma, se procede por meio deste edital sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R\$17.441,74 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescido de custas processuais. Caso o pagamento não for realizado, acarretará em pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que poderá(ão) opor **impugnação**, por meio de advogado(a), no **prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Tiago Hiroaki Inoue, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

São José dos Pinhais, 08 de fevereiro de 2023.

Márcia Hübler Mosko

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>**MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**
Estado do Paraná - Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos**AVISO DE PREGÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
PROCESSO Nº 48.796/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar diagnóstico, planejamento estratégico, elaboração dos planos de mídia, plano de tecnologia e informação, plano de ação de mobilização, projeto gráfico, bem como a capacitação da equipe do SUAS local, confecção e divulgação de materiais publicitários, implantação de sistemas, sites e aplicativos de mídia, definição de fluxos e protocolos de atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias na rede de proteção social, mapeamento da rede de serviços e equipamentos das políticas setoriais, compondo assim um diagnóstico sócio territorial atualizado e um plano integrado de ação e mobilização no município de Paranaguá - Pr com foco na Identificação do Trabalho Infantil, com recursos AEPETI - Ministério do Desenvolvimento Social. I.D. 988790

TIPO: Menor Preço Total do Lote**DATA DA ABERTURA:** 13/03/2023 - **HORÁRIO:** 09:00 horas**VALOR ESTIMADO:** R\$ 133.926,72 (cento e trinta e três mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos)**ENDEREÇO:** www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência - Suprimentos - Compras - Licitações) e www.licitacoes-e.com.br**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 445/2017, 683/2018 e 816/2018 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3420-2720.

PARANAGUÁ, 27 DE FEVEREIRO DE 2023.

MÔNICA EFIGÊNIO DE ARAÚJO
Pregoeira

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil

Ouvvidoria: 0800 702 7041

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. faz parte do Grupo CNH Industrial (Grupo), e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentam a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do Grupo CNH Industrial, e, de acordo com suas políticas de créditos.

Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. A partir de 1º de dezembro de 2021, após cisão da Iveco em relação ao Grupo CNH Industrial, os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Resolução nº 54/20 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Conselho de Administração, as políticas institucionais e a estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Gerenciamento de Capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, bem como informações qualitativas e quantitativas, podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de riscos:

A) Risco Social, Ambiental e Climático

Atendendo à Resolução nº 4.945/21 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), contendo os princípios e as diretrizes que norteiam as ações da Instituição quanto à promoção do desenvolvimento sustentável e responsável nas atividades inerentes ao seu negócio e na relação com as partes interessadas. A política observa os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. também estabeleceu a estrutura de Governança da PRSAC em linha com o porte, natureza do negócio e a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados. A Governança instituída tem como maior objetivo assegurar o cumprimento dos princípios, diretrizes e objetivos estratégicos da Instituição. Seguem as instâncias da estrutura de governança da PRSAC: Conselho de Administração, Comitê de Riscos, Diretor Responsável pelo Risco Social, Ambiental e Climático e Risco Socioambiental.

B) Risco Operacional

Dentro das diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define o Risco Operacional (RO) como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Nesse sentido, o Banco CNH Industrial Capital S.A. definiu uma estrutura de gerenciamento de RO suportado por procedimentos e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, alocação de recursos capacitados e compatíveis com a complexidade dos negócios da Instituição e definição de funções e responsabilidades, bem como processos consistentes e abrangentes para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do RO.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado com a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, a *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta. Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e aos regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso, define Risco de Liquidez como:

I. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial S.A. era de 11,09%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

Patrimônio líquido exigido

Cálculo do Limite de Imobilização e Índice de Basileia - RSK)	
Abertura do Coeficiente de Capital Regulatório	
	dez/22
Patrimônio de referência nível I	1.864.375
Capital principal	1.864.375
Patrimônio de referência nível II	307.420
Dívida subordinada	307.420
Patrimônio de referência	2.171.794
Risco de crédito	18.568.817
Risco de mercado	15.171
Risco operacional	1.001.542
Valor correspondente ao RBAN / IRRBB	117.473
Ativo ponderado pelo risco - RWA	19.585.530
Patrimônio de referência (RWA)	1.684.316
Índice de Basileia	11,09%

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Diretoria Financeira, Presidência do Banco CNH Industrial Capital S.A. e membros da tesouraria da CNH Industrial Brasil Ltda., responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.860/20, do CMN, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos das empresas do Grupo CNH Industrial. Dentro desse cenário, 41% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 10% ao segmento de construção e 18% ao segmento de veículos comerciais. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 31% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 32% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e a contribuição social no valor de R\$ 324.869.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R\$ 600.830 representando 3,05% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
CIRCULANTE		11.053.466	6.676.607	CIRCULANTE		8.036.271	4.498.711
Caixa e equivalentes de caixa	4	893.079	601.451	Depósitos e demais instrumentos financeiros		7.829.302	4.404.541
Disponibilidades		394	2.194	Depósitos interfinanceiros	9	2.629.137	1.159.230
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	892.685	599.257	Depósitos a prazo	9	1.309.446	1.055.912
Instrumentos financeiros		10.342.258	6.272.110	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	1.180.558	334.634
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.e	64.893	27.288	Obrigação por emissão de letras financeiras	10	743.647	33.729
Operações de crédito	6.a	5.313.052	3.566.795	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	11	1.828.277	1.681.751
Títulos de créditos a receber	7.d	4.900.137	2.628.711	Instrumentos financeiros derivativos		2.097	26.503
Outros ativos financeiros	6.a	64.176	49.316	Parcelas recebidas e não baixadas		3.250	7.840
Operações de arrendamento mercantil		91.844	40.547	Outros passivos financeiros	7.a	132.890	104.942
Operações de arrendamento mercantil	6.a	91.844	40.547	Obrigações fiscais	7.b	206.969	94.170
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(282.087)	(241.288)	Impostos e contribuições a recolher		205.391	94.170
Provisão para perdas em operações de crédito	6.a	(231.602)	(212.165)	Obrigações fiscais diferidas		1.578	-
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	6.a	(1.156)	(241)	NÃO CIRCULANTE		10.665.762	8.326.816
Provisão para outros ativos	6.d	(49.329)	(28.882)	Depósitos e demais instrumentos financeiros		10.565.559	8.232.257
Outros ativos		8.372	3.787	Depósitos interfinanceiros	9	488.343	1.122.686
Despesas antecipadas	7.c	8.372	3.787	Depósitos a prazo	9	1.129.641	702.751
NÃO CIRCULANTE		9.611.299	7.714.439	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	1.002.545	850.100
Instrumentos financeiros		9.529.303	7.775.451	Obrigação por emissão de letras financeiras	10	2.685.344	1.260.735
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.e	136.268	80.029	Obrigações por repasses - instituições oficiais	11	4.495.984	4.195.402
Operações de crédito	6.a	9.379.394	7.682.721	Obrigações por repasse - exterior	11	328.718	-
Títulos de créditos a receber	6.d	738	61	Instrumentos financeiros derivativos		18.795	2.391
Outros ativos financeiros	7.a	12.903	12.640	Dívidas subordinadas elegíveis ao capital	7.d	307.420	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(318.743)	(316.110)	Outros passivos financeiros	7.a	128.769	98.212
Provisão para perdas em operações de crédito	6.a	(318.739)	(316.110)	Provisões	19	22.347	21.557
Provisão para outros ativos	6.d	(4)	-	Contingências		22.347	21.557
Créditos tributários	12.b & c	338.182	230.693	Obrigações fiscais diferidas	7.b	77.856	73.002
Crédito tributário		338.182	230.693	Obrigações fiscais diferidas		77.856	73.002
Outros ativos		50.719	14.443	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.962.732	1.565.519
Outros valores e bens	7.c	56.997	14.912	Capital social	13	1.427.695	1.232.549
Provisão para desvalorizações		(6.278)	(469)	Reserva de capital		113.908	113.908
Imobilizado de uso		1.397	2.808	Reserva de lucros		363.317	141.877
Outras imobilizações de uso		9.991	11.963	Outros resultados abrangentes	20.b	57.812	77.185
Depreciações		(8.594)	(9.155)				
Intangível		10.441	7.154				
Ativos intangíveis	8.a	17.393	9.336				
Amortizações	8.b	(6.952)	(2.182)				
Total		20.664.765	14.391.046	Total		20.664.765	14.391.046

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil

Ouvridoria: 0800 702 7041

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.305.520	2.317.019	1.424.333
Operações de crédito	6.a	829.608	1.486.402	1.245.559
Operações de arrendamento mercantil	6.a	34.636	56.684	17.996
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	47.887	81.477	28.036
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		71.723	140.529	(33.017)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.a	321.666	551.927	165.759
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.052.079)	(1.630.606)	(906.104)
Captações no mercado	9 & 10	(613.669)	(1.025.871)	(263.996)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(219.315)	(413.722)	(351.721)
Operações de arrendamento mercantil	6.a	(29.106)	(47.758)	(15.463)
Provisão para perdas com créditos		(189.989)	(143.255)	(274.924)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		253.441	686.413	518.229
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(101.014)	(173.929)	(121.767)
Receitas de prestação de serviços		5.579	10.745	8.599
Despesas de pessoal		(31.794)	(57.416)	(46.694)
Outras despesas administrativas	14	(63.942)	(103.256)	(82.722)
Despesas tributárias		(21.296)	(39.549)	(25.539)
Outras receitas operacionais	15	21.530	29.815	34.451
Outras despesas operacionais	16	(11.091)	(14.268)	(9.862)
RESULTADO OPERACIONAL		152.427	512.484	396.462
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(5.399)	(4.017)	5.019
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		147.028	508.467	401.481
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(18.655)	(178.216)	(156.535)
Imposto de renda corrente		(37.155)	(143.238)	(76.869)
Contribuição social corrente		(35.667)	(120.184)	(71.614)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		54.167	85.206	(8.052)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.784)	(5.382)	(5.975)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		125.609	324.869	238.971
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas		0,09	0,23	0,24

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
Lucro líquido		125.609	324.869	238.971
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	20	(33.998)	(19.373)	101.678
Ajustes de avaliação patrimonial		(33.998)	(19.373)	101.678
Variação de valor justo		(62.020)	(35.224)	184.870
Efeito fiscal		28.022	15.851	(83.192)
Total do resultado abrangente		91.611	305.496	340.649

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido		125.609	324.869	238.971
Ajustes ao lucro líquido		139.791	65.991	277.366
Depreciações e amortizações		1.585	3.077	2.518
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		189.989	143.255	274.924
Provisão para desvalorização - bens não de uso		-	-	274
Provisão para contingências		2.384	4.865	8.876
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(54.167)	(85.206)	8.052
Aumento em resultados de exercícios futuros		-	-	(17.278)
Variação em ativos e passivos:		(108.910)	(186.424)	(620.803)
Redução / (aumento) em instrumentos financeiros derivativos (I.F.D.)		7.460	(101.846)	(174.723)
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento		(2.851.165)	(3.614.498)	(1.775.654)
Redução / (aumento) em outros créditos		(1.636.969)	(2.289.026)	(1.071.912)
Redução / (aumento) em outros valores e bens		(3.607)	(41.323)	(9.671)
Aumento / (redução) em depósitos		666.130	1.516.008	1.279.442
Aumento / (redução) em obrigações por empréstimo e repasses		1.479.255	775.825	(563.891)
Aumento / (redução) em outras obrigações		392.822	569.383	189.761
Impostos pagos		(66.589)	(94.471)	(23.779)
Aumento / (redução) em captação		1.937.731	3.112.897	1.427.946
Aumento / (redução) em ajuste ao valor de mercado T.V.M.		(33.998)	(19.373)	101.678
Caixa líquido originado em atividades operacionais		156.490	204.436	(104.466)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
1 - RECEITAS	1.143.134	2.216.216	1.200.067
Intermediação financeira	1.305.520	2.317.019	1.424.333
Prestação de serviços	5.579	10.745	8.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(189.989)	(143.255)	(274.924)
Outras receitas operacionais	21.530	29.815	34.451
Outras receitas não operacionais	494	1.892	7.608
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(862.090)	(1.487.351)	(631.180)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(78.317)	(118.892)	(92.123)
Materiais, energia e outros	(73)	(156)	(91)
Serviços de terceiros	(2.969)	(9.093)	(12.626)
Outras despesas administrativas	(58.290)	(89.465)	(66.955)
Outras despesas operacionais	(11.091)	(14.268)	(9.862)
Outras despesas não operacionais	(5.894)	(5.910)	(2.589)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	202.727	609.973	476.764
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.585)	(3.078)	(2.518)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	201.142	606.895	474.246
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6 + 7)	201.142	606.895	474.246
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	29.858	53.112	44.571
Remuneração direta	24.661	43.096	38.329
Benefícios	3.528	6.686	3.648
F.G.T.S.	1.669	3.330	2.594
Impostos, taxas e contribuições	44.651	227.453	190.173
Federais	44.106	226.391	189.503
Estaduais	-	87	96
Municipais	545	975	574
Remuneração de capitais de terceiros	1.024	1.463	531
Aluguéis	1.024	1.463	531
Remuneração de capitais próprios	125.609	324.867	238.971
Juros sobre o capital próprio	103.430	103.430	62.993
Lucros retidos	22.179	221.437	175.978
T o t a l	201.142	606.895	474.246

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Capital social realizado	Capital social a realizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		972.549	-	113.908	332.906	-	(24.493)	1.394.870
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	101.678	101.678
Aumento de capital		260.000	-	-	(260.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	238.971	-	238.971
Dividendos pagos		-	-	-	(107.007)	-	-	(107.007)
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	11.949	(11.949)	-	-
Reserva outras		-	-	-	227.022	(227.022)	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(62.993)	-	-	(62.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.232.549	-	113.908	141.877	-	77.185	1.565.519
Mutações do exercício		260.000	-	-	(191.029)	-	101.678	170.649
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.232.549	-	113.908	141.877	-	77.185	1.565.519
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	(19.373)	(19.373)
Aumento de capital		107.230	-	-	-	-	-	107.230
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	324.869	-	324.869
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	16.243	(16.243)	-	-
Reserva outras		-	-	-	308.626	(308.626)	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	87.916	-	(103.429)	-	-	(15.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.339.779	87.916	113.908	363.317	-	57.812	1.962.732
Mutações do exercício		107.230	87.916	-	221.440	-	(19.373)	397.213
Saldos em 30 de junho de 2022		1.232.549	-	113.908	341.137	-	91.810	1.779.404
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	(33.998)	(33.998)
Aumento de capital		107.230	-	-	-	-	-	107.230
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	125.609	-	125.609
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	6.280	(6.280)	-	-
Reserva outras		-	-	-	119.329	(119.329)	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	87.916	-	(103.429)	-	-	(15.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.339.779	87.916	113.908	363.317	-	57.812	1.962.732
Mutações do semestre		107.230	87.916	-	22.180	-	(33.998)	183.328

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil

Ouvridoria: 0800 702 7041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. (Banco) foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 4 de janeiro de 1999. Suas atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Está constituído sob a forma de banco múltiplo e autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Está sediado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, na Cidade Industrial de Curitiba. O Banco faz parte do Grupo CNH Industrial ("Grupo") e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelo Grupo, de acordo com sua política de crédito. Atualmente, as operações do Banco são realizadas através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor – CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. A partir de 1º de dezembro de 2021, após cisão da Iveco em relação ao Grupo CNH Industrial, os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT, são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN. Adicionalmente, a partir de agosto de 2020, foram incluídas nas demonstrações contábeis as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial e estão apresentadas em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2023.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamento	Descrição	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura conceitual para relatório financeiro	Resolução CMN nº 4.924/21 e BCB nº 120/21
CPC 01 (R1)	Redução ao valor recuperável de ativos	Resolução CMN nº 3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Resolução CMN nº 4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos fluxos de caixa	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre partes relacionadas	Resolução CMN nº 3.823/09
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em ações	Resolução CMN nº 3.989/11
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	Resolução CMN nº 4.007/11
CPC 24	Evento subsequente	Resolução CMN nº 3.973/11
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Resolução CMN nº 3.823/09
CPC 27	Ativo imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	Resolução CMN nº 4.877/20
CPC 41	Resultado por ação	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 46	Mensuração do valor justo	Resolução CMN nº 4.748/19

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Em novembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Banco CNH Industrial Capital S.A. iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender a sua implementação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados *"pro rata"* dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- Das transações que não envolvem caixa;
 - De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
 - De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.
- Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros**Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação – avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda – avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento – avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*"hedge"*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*"hedge"*) podem ser classificados como:

- *"hedge"* de risco de mercado; e
- *"hedge"* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *"hedge"* e os respectivos objetos de *"hedge"* são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
- Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa *"pro rata"* até a data do balanço.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e, em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Mensuração do valor justo

A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

e) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas *"pro rata temporis"* até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como títulos de créditos a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, artigo 2º, §3º, as operações de arrendamento mercantil passam a ser apresentadas pelos saldos de valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No cálculo do valor presente, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, quando não há previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor residual garantido.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*"Impairment"*)

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e passivo não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos *"pro rata temporis"*.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas *"pro rata temporis"* até a data do balanço.

As obrigações são registradas em contas específicas do passivo e atualizadas de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a essas operações tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que a operação foi denominada) são contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

m) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentadas nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Rendas de exercícios futuros

De acordo com a Resolução BCB nº 92/2021 foi extinto do COSIF, o Grupo 5 – Rendias de exercícios futuros, sendo todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos, e referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos *"pro rata"* dia.

q) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

r) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e
- Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 22.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	394	2.194
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	892.685	599.257
Total	893.079	601.451

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil

Ouvigatoria: 0800 702 7041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL**

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	503.085	395.507
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15% / 20%, respectivamente	(227.831)	(187.442)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	49.615	30.907
Efeito de outras adições / exclusões do semestre	(4.031)	(2.609)
Destinação para incentivos fiscais	5.990	3.351
Efeito dos juros sobre capital próprio	47.578	31.497
Outros ajustes	78	(1.332)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(178.216)	(156.535)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

	2022	2021
Provisão para perdas com créditos (a)	319.079	214.495
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.048	1.060
Provisão para contingências	9.572	9.261
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.825	211
COFINS Lei nº 9.718	484	440
Outros	5.174	5.226
Total do crédito tributário	338.182	230.693
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação e hedge de fluxo de caixa	(79.434)	(73.002)
Subtotal	(79.434)	(73.002)
Créditos tributários - líquidos	258.748	157.691

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 270.374 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R\$ 49.754.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2022, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2022	2021
2022	-	52.635
2023	87.932	62.595
2024	71.726	40.279
2025	58.080	37.830
2026	58.078	37.354
2027	62.366	-
Total	338.182	230.693

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 239.636 (R\$ 182.069 em dezembro de 2021).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.427.694.955 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 1.418.109.411 ações pertencentes à New Holland Limited com sede no Reino Unido, e 9.585.544 ações da CNH Industrial Brasil Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 107.230 (emissão de 107.230.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2022. Homologado pelo BACEN em 20 de setembro de 2022.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 87.916 (emissão de 87.916.470 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2022. Homologado pelo BACEN em 26 de janeiro de 2023.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 125.609 com utilização do lucro líquido do semestre. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 6.280.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 12 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 103.429 (R\$ 87.915 líquido do imposto de renda na fonte).

O resultado Básico e Diluído das ações ordinárias nominativas foi no montante de R\$ 324.869 para o exercício de 2022.

Lucro Básico e Diluído por ação:

	2022	2021
Descrição		
Número de ações	1.427.694.955	1.232.549.485
Lucro básico e diluído por ações (em R\$)	0,23	0,24
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em R\$ mil)	227,55	240,36

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022	Exercício 2022	2021
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(11.410)	(21.637)	(25.869)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(6.781)	(12.724)	(10.207)
Despesas de processamento de dados	(4.775)	(6.983)	(4.591)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(5.219)	(7.714)	(5.175)
Despesas de viagens e transportes	(1.699)	(2.706)	(372)
Despesas de promoções e publicidade (c)	(16.523)	(23.028)	(13.464)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(4.687)	(8.678)	(8.769)
Despesas de amortização e depreciação	(1.585)	(3.077)	(2.518)
Despesas de comunicações	(129)	(270)	(311)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.670)	(4.035)	(3.741)
Despesas com incentivos fiscais	(5.562)	(5.562)	(3.044)
Despesas de seguros	(1.911)	(3.733)	(2.772)
Despesas de alugueis	(1.024)	(1.463)	(530)
Outras despesas administrativas	(967)	(1.646)	(1.359)
Total	(63.942)	(103.256)	(82.722)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 15.001 (R\$ 19.542 em 2021), serviços de análise de crédito R\$ 4.597 (R\$ 4.786 em 2021) e outros serviços técnicos especializados R\$ 2.039 (R\$ 1.541 em 2021).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 7.021 (R\$ 4.740 em 2021) e serviços de remarketing R\$ 5.703 (R\$ 5.487 em 2021).

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R\$ 21.120 (R\$ 13.147 em 2021) e outros prestadores de serviços no montante de R\$ 1.908 (R\$ 317 em 2021).

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022	Exercício 2022	2021
Outras rendas operacionais (a)	9.667	16.988	12.242
Recuperação de encargos e despesas	11.863	12.827	22.209
Total	21.530	29.815	34.451

(a) Referem-se substancialmente à recuperação de custas com assessoria de cobrança.

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022	Exercício 2022	2021
Despesas com provisão para contingências (a)	(2.384)	(4.865)	(8.876)
Despesas de vistorias de bens financiados	(161)	(276)	(224)
Despesas com variação cambial	(6.902)	(6.901)	-
Outras despesas operacionais	(1.644)	(2.226)	(762)
Total	(11.091)	(14.268)	(9.862)

(a) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º semestre 2022		Exercício 2022		Exercício 2021	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita	Ativo	Receita
	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(235.736)	(18.946)	(235.736)	(35.884)	(161.958)	(9.174)
CNH Industrial Brasil Ltda.	-	(6.491)	-	(13.390)	(137.002)	(7.009)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(21.921)	(1.659)	(21.921)	(3.251)	(24.948)	(851)
On-Highway Brasil Ltda.	-	(13)	-	(8.459)	-	(903)
FPT Industrial Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	(411)
Teksid do Brasil Ltda.	(9)	(1)	(9)	(1)	(8)	-
CNH Industrial Capital LLC	(213.806)	(10.782)	(213.806)	(10.783)	-	-
Serviços prestados	522	(3.750)	522	(6.350)	(17)	(189)
On-Highway Brasil Ltda.	522	1.045	522	2.089	-	-
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	-	(3.778)	-	(7.009)	-	-
FCA Rental Locadora de Automóveis Ltda.	-	(788)	-	(1.061)	-	-
FCA Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	-	(229)	-	(369)	(17)	(189)
Outros créditos e obrigações	(418.730)	(121.031)	(418.730)	(105.581)	(77.975)	39.373
CNH Industrial Brasil Ltda. (a)	(308.970)	(142.189)	(308.970)	(145.793)	(1.355)	(1.914)
CNH Industrial Brasil Ltda.	9.961	-	9.961	-	4.561	-
On-Highway Brasil Ltda.	(9.428)	(1.587)	(9.428)	(2.108)	-	-
On-Highway Brasil Ltda.	4.613	-	4.613	-	-	-
CNH Industrial Brasil Ltda. (b)	(90.647)	18.098	(90.647)	30.932	(68.691)	31.405
On-Highway Brasil Ltda. (b)	(24.259)	6.647	(24.259)	11.388	(12.490)	9.882

(a) Referem-se substancialmente às captações com Dívidas Subordinadas, conforme mencionado na Nota 7d.

(b) Referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, conforme mencionado na Nota 7.

18. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizaram R\$ 4.972 (R\$ 4.115 em 2021). O Banco não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Adicionalmente, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

19. CONTINGÊNCIAS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração.

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados "Provisões contingenciais - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 1.984 (R\$ 1.201 em dezembro de 2021). A principal ação refere-se a:

• O Banco possui provisionado o montante de R\$ 1.076 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, visto que o tema depende de apreciação do STF.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 8.033 (R\$ 8.904 em dezembro de 2021) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 12.330 (R\$ 11.452 em dezembro de 2021) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2021	1.201	8.904	11.452	21.557
Constituição / Reversão	783	866	2.552	4.201
Atualização monetária	-	-	-	-
Baixas por pagamento	-	(1.737)	(1.674)	(3.411)
Saldo final em 31/12/2022	1.984	8.033	12.330	22.347

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) nas taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	2022			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	4.153.651	75.158	180.270	105.112
Total	4.153.651	75.158	180.270	105.112

	2021			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	3.062.651	(61.913)	78.423	140.336
Total	3.062.651	(61.913)	78.423	140.336

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Ouvidoria: 0800 702 7041**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2022	62.796	127.707	(10.233)	180.270
31/12/2021	785	77.922	(284)	78.423

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor notional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor notional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" (mensurado através das metodologias ΔEVE - *Delta Economic Value of Equity* e ΔNII - *Delta Net Interest Income*). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

- b) **Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários**
A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2022	2021
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	105.112	140.336
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(47.300)	(63.151)
Ajuste de avaliação patrimonial	57.812	77.185

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de swap em aberto na data de 31 de dezembro de 2022

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	3.820.000	4.224.095
Taxa 100,00% IPCA acumulada	333.651	346.758
Total	4.153.651	4.570.853
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	4.153.651	4.390.583
Total	4.153.651	4.390.583
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		180.270
Valor de mercado		180.270

- c) **Instrumentos e objetos de hedge**

Especificações	2022	2022	
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste a valor
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	de mercado
Swap - DI/PCPA-PRE	4.580.253	4.505.096	4.570.853
Item objeto de hedge	Valor da curva	Valor de mercado	
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI	4.626.261	4.626.264	(3)

* O teste de efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

Especificações	2021	2021	
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste a valor
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	de mercado
Swap - DI/PCPA-PRE	3.220.207	3.282.119	3.233.651
Item objeto de hedge	Valor da curva	Valor de mercado	
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI	3.316.283	3.316.288	(5)

* O teste de efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

21. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificamos os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo utilizando a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: as informações são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: as informações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	2022			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	893.079	-	893.079	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	14.784.290	-	-	14.566.527
Títulos e créditos a receber	4.900.875	-	-	4.900.875
Outros ativos financeiros	278.240	-	-	278.240
Total	20.856.484	-	1.171.319	19.467.402
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	3.117.480	-	3.128.575	-
Depósitos a prazo	2.439.087	-	2.491.765	-
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	2.183.103	-	2.169.459	-
Obrigação por emissão de letras financeiras	3.408.991	-	3.542.262	-
Repasse do país - instituições oficiais	6.324.261	-	5.675.638	-
Repasse no exterior	328.718	-	331.905	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.892	-	20.892	-
Dívidas subordinadas elegíveis ao capital	307.420	-	411.564	-
Outros passivos financeiros	261.659	-	261.659	-
Total	18.391.611	-	18.033.719	-

	2021			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	801.451	-	601.451	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	11.290.063	-	-	11.073.578
Títulos e créditos a receber	2.628.772	-	-	2.628.772
Outros ativos financeiros	169.273	-	169.273	-
Total	14.889.559	-	770.724	13.702.350
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	2.281.896	-	2.296.091	-
Depósitos a prazo	1.758.663	-	1.746.718	-
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	1.184.734	-	1.167.636	-
Obrigação por emissão de letras financeiras	1.294.464	-	1.323.435	-
Repasse do país - instituições oficiais	5.877.153	-	5.308.936	-
Instrumentos financeiros derivativos	28.894	28.894	-	-
Outros passivos financeiros	34.456	-	34.456	-
Total	12.460.250	28.894	11.877.272	-

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** - compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 3 (três) meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- b) **Operações de crédito e títulos e créditos a receber** - O valor justo foi estimado com base no valor futuro dos portfólios de crédito e aplicado taxa de desconto composta por custo de captação e *spread*, conforme detalhado abaixo:
- Custo da captação das operações não BNDES: representado pelo % do CDI aplicado sobre a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Custo da captação das operações BNDES: como aproximadamente 90% das operações de crédito do BNDES são indexadas à taxa prefixada, para efeitos de marcação a mercado será utilizada a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Spread* da Operação: abrange impostos, provisão para risco de crédito, despesas operacionais e administrativas e a margem definida nos Comitês de Precificação.
- Para instrumentos financeiros representados por contas a receber de curto prazo, para quais o valor presente dos fluxos de caixa futuros não difere significativamente do valor contábil, presumimos que o valor contábil é uma estimativa confiável do valor justo.
- c) **Ativos e passivos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.
- d) **Depósitos interfinanceiros** - As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representam um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.
- e) **Depósitos a prazo** - O valor justo dos depósitos a prazo prefixados foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço. Por tratar-se de dados não observáveis de mercado, esta operação está inserida no nível 3 na classificação da hierarquia do valor justo.
- f) **Obrigação por emissão de letras imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras** - foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos da data do balanço.
- g) **Repasse do país - instituições oficiais** - Os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.
- h) **Instrumentos financeiros derivativos**: têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado divulgados pela B3 na data do balanço.

Análise de sensibilidade

O Banco CNH utiliza a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), como uma das metodologias de análise de sensibilidade ao risco de flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição.

Nesse sentido, a mensuração e a dimensão das exposições ao IRRBB são feitas pela média entre o ΔEVE (*Delta Economic Value of Equity*) e ΔNII (*Delta Net Interest Income*), metodologias padrões estabelecidas na Circular nº 3.876/2018 do Banco Central do Brasil.

Para fins desta publicação, definem-se:

ΔEVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

ΔNII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O quadro abaixo apresenta os valores de sensibilidade para o cenário paralelo de alta e o cenário paralelo de baixa, apurados pelo ΔEVE e ΔNII , referentes à posição da carteira em 31 de dezembro de 2022:

	ΔEVE	ΔNII	
	2022	2021	2022
Cenário paralelo de alta	186.102	134.134	-
Cenário paralelo de baixa	-	-	48.844
Variação máxima	186.102	134.134	48.844
	2022	2021	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	1.864.375	1.558.366	

Mais detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site https://www.cnhindustrialcapital.com/pt_br através do documento - Relatório de Gestão de Riscos - Pilar 3 - 4º Trimestre de 2022. Este documento / informações não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE REGULATÓRIO

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do Banco CNH Industrial, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado não recorrente regulatório		
Crédito tributário majoração alíquota da CS (a) (b)	-	884
Doações	5.562	3.039

- a) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 15% para 20%, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, de 13 de novembro de 2019, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.
- b) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 20% para 25%, nos termos da Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.

23. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 4.958/21, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito, a partir de 3 de janeiro de 2022. O Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 é 11,09% (11,61% em 2021). A redução no índice de basileia foi basicamente aumento no portfólio ponderado (RWA) no exercício de 2022. O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) de 3,09% acima do mínimo exigido (8,00%).

24. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021

Em cumprimento do disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021, artigo 76, §2º, inciso II, apresentamos as principais etapas do Plano de Implementação da Regulamentação Contábil, aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em 24/06/2022, as quais serão desenvolvidas até a entrada em vigor da norma em 1º/01/2025:

- a) Revisão dos critérios de Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros;
- b) Adequação do modelo de Apuração da Provisão para Perdas Esperadas, associadas ao Risco de Crédito;
- c) Adequação de Sistemas;
- d) Ajustes de Políticas, Normas e Procedimentos.

Importante destacar que o plano de implementação poderá sofrer alteração no caso de emissão por parte do Banco Central, de regulamentações e/ou normas complementares à Resolução supracitada.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 87.916 através de emissão de 87.915.470 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada, que foram distribuídas proporcionalmente à participação de cada acionista da Companhia, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2022. O valor está registrado no patrimônio líquido do Banco, como aumento de capital. A homologação pelo Banco Central do Brasil ocorreu no dia 26/01/2023.

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil

Ouvridoria: 0800 702 7041

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**ODDONE INCISA**
Presidente**VILMAR FISTAROL**
Membro**FABIOLA TEMPONI**
Membro**BIANCA BELOTTI**
Membro**HEBERSON GOES**
Membro**DIRETORIA****HEBERSON GOES**
Presidente**DIOGO BIZINELLI**
Diretor
Responsável pela contabilidade**JUCIVALDO FEITOSA**
Diretor**MARCIO CONTRERAS**
Diretor**REGIANNE VASSÃO**
Diretora**CARLOS BERNARDIS**
Diretor**MARCELO DALCUCHE**
Diretor**COMITÊ DE RISCOS****FABIOLA TEMPONI**
Presidente**CHRISTIAN ROSSI**
Membro**HEBERSON GOES**
Membro**CARLOS BERNARDIS**
Membro**COMITÊ DE REMUNERAÇÃO****TELMA CRACCO**
Presidente**HEBERSON GOES**
Membro**BRUNO NOGUEIRA**
Membro**RAFAEL PIMENTA**
Membro**COMITÊ DE AUDITORIA****DIOGO BIZINELLI**
Presidente**HEBERSON GOES**
Membro**JUCIVALDO FEITOSA**
Membro**REGIANNE VASSÃO**
Membro**CONTADORA****JANE BRAZ**
CRC PR-038616/O**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do banco, da auditoria interna e auditoria independente.

O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco CNH Industrial Capital S.A.** - Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$ 19.685,165 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 600.830 mil. Durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou receita com operações de crédito no montante de R\$ 1.486.402 mil e despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 143.255 mil.

Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento significativo aplicado pela diretoria em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que constabância o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação de existência de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes, no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira / contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2022 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

Comitê de Auditoria

auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC - 1SP291892/O-2

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023-MP/PGJ
AVISO DE LICITAÇÃO**

1-Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. **2-Abertura:** dia 13 de março de 2023 às 13h (horário de Brasília). **3-Local:** site do Banco do Brasil S/A (www.licitacoes-e.com.br). **4-Edital e Informações Complementares:** Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - www.mppr.mp.br e no site do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br. Curitiba, 28 de fevereiro de 2023.

**FASPG – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA
SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023**

A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA torna público que realizará pregão eletrônico para escolha da proposta mais vantajosa para:

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÁGUA MINERAL E ACESSÓRIOS. **Data:** 13 de março de 2023 - 10 horas - Portal bilcompras.com. **Valor máximo estimado:** R\$ 14.031,00 (quatorze mil e trinta e um reais).

Informações junto a Supervisão de Compras e Licitações, sito à Rua Joaquim Nabuco, 59 - Centro, no horário das 09 às 17 horas, ou pelo telefone (042) 99868-8496 e 3220-1065 - Ramal 2372. A íntegra do Edital, e anexos constam nos sites: pontagrossa.pr.gov.br/portal da transparência e bilcompras.com. Pregoeira: Andressa dos Passos

Ponta Grossa, 27 de fevereiro de 2023

TATYANA DENISE BELO
Presidente

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2023-MP/PGJ
AVISO DE LICITAÇÃO**

1-Objeto: aquisição de 16 (dezesseis) nobreaks de 1KVA, com garantia de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. **2-Abertura:** dia 14 de março de 2023 às 13h (horário de Brasília). **3-Local:** site do Banco do Brasil S/A (www.licitacoes-e.com.br). **4-Edital e Informações Complementares:** Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - www.mppr.mp.br e no site do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br. Curitiba, 28 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023**

DATA LIMITE PARA ABERTURA DA PROPOSTA: 14/03/2023 às 08h30min. **DATA PARA ABERTURA DA SALA DE DISPUTA:** 14/03/2023 às 09h00min. **Objeto:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE JAQUETAS DE INVERNO". **Valor Máximo:** R\$ 1.957.305,10 (um milhão novecentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinco reais e dez centavos). **Local de Abertura:** Por meio do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br no site do Banco do Brasil. **Informações Complementares:** O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01033-013/con_licitacoes.faces.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8640.

Almirante Tamandaré, 27 de fevereiro de 2023.

LUIZ CARLOS TEIXEIRA DA LUZ
Pregoeiro Oficial

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LI – AMPLIAÇÃO W1

A CIA DE CIMENTO ITAMBE inscrita no CNPJ 76.630.573/0002-41, torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a Licença de Instalação de Ampliação, com validade de 15/02/2025, ampliação forno W1, situada à Rodovia BR 277, Km 134, Balsa Nova-PR.

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
BMEX WOOD TRADE IMPORT AND EXPORT LTDA** torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Prévia para Comércio varejista e atacadista de madeira e artefatos; comércio varejista de materiais de construção em geral e de móveis; escritório administrativo a ser implantada na Rua Brasília Itiberê 581, Água Verde, Curitiba PR.

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**
Por meio do presente, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná divulga aos eventuais interessados a disponibilidade do edital de Credenciamento abaixo discriminado:

CREDENCIAMENTO Nº 01/2023

Objeto: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES APTAS A: (I) ENCAMINHAR O PÚBLICO ALVO DO PROGRAMA JOVENS PROMISSORES A VAGAS DE APRENDIZAGEM, EMPREGO OU ESTÁGIO; E (II) ENCAMINHAR OU OFERECER, AO MESMO PÚBLICO-ALVO, CURSOS E FORMAÇÕES DIVERSAS QUE VENHAM, DE ALGUMA FORMA, A CORROBORAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DOS PARTICIPANTES, DE FORMA GRATUITA PARA ESTE TRIBUNAL, PARA OS ADOLESCENTES ATENDIDOS E PARA INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.

Data para início de apresentação da solicitação de credenciamento: 01/03/2023

Data de abertura da 1ª sessão de credenciamento: 24/03/2023 às 13:00 horas

Local de abertura: Sala de Licitações do Departamento do Patrimônio, 1º andar, sito na Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190.

-A íntegra do edital estará à disposição das empresas interessadas no endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>. Além disso, o edital poderá ser solicitado através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Curitiba PR, fone nº (41) 3250-6541 e 3250-6542.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Diretora do Departamento do Patrimônio

LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

O melhor custo benefício
para sua empresa.



interativa®
NOSSO NEGÓCIO É IMPRIMIR O SEU



Fone 3013-4444 | www.interativa.inf.br

Colombo
Prefeitura Municipal

**Aviso de Licitação
Chamamento Público Nº. 004/2023**

Objeto: Credenciamento de instituições de ensino privadas e/ou comunitárias, conforme categorias administrativas enquadradas pela Lei Federal nº. 9.394/96 (LDBEN), interessadas em se habilitar para a prestação de serviços educacionais, que estejam regularmente constituídas e especializadas na área de ensino para a prestação de serviços "Bolsa Creche", visando ao atendimento temporário de vagas de Educação Infantil.

Data: de 01 de março de 2023 até 14 de abril de 2023.

Horário: Segunda-Feira à Sexta-Feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00mi às 17h00min.

Data da Sessão de Habilitação: 07 de março de 2023 às 09:00 horas;

Local do Credenciamento: Coordenação de Protocolo da Prefeitura Municipal sito a Rua XV de Novembro, 105, Centro

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656-8080 ou 3656-8085 ou pelo e-mail: licitacao@colombo.pr.gov.br.

Colombo, 27 de fevereiro de 2023,
Helder Luiz Lazarotto
Prefeito Municipal



**BEM
PARANÁ**

Informação
vai bem.

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE BEBIDAS
DO ESTADO DO PARANÁ****ELEIÇÕES SINDICAIS**

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados do Sindicato das Indústrias de Bebidas do Estado do Paraná para as eleições, que serão realizadas no dia 14/04/2023, no período das 9:00 às 14:00 na sede desta Entidade, sito na Av. Cândido de Abreu, 776, sala 1501, em Curitiba, no Estado do Paraná, para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, efetivos e suplentes, ficando aberto o prazo de 10 (dez) dias, para o registro de chapas, que começará a contar no primeiro dia útil subsequente da data da publicação deste Edital. A Secretaria da Entidade funcionará, no período destinado ao registro de chapas, no horário das 8h30min às 12h30 min. Caso não seja obtido "quórum" em primeira convocação, a eleição será realizada em segunda convocação no dia 18/04/2023 e não obtido "quórum" em segunda convocação, a eleição em terceira convocação será realizada no dia 19/04/2023, sendo considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos dos eleitores presentes. No caso de chapa única, poderá ser instalada a assembleia eleitoral no dia 14/04/2023 acima designado, às 09:00 horas em primeira convocação desde que presentes a maioria absoluta dos associados em condições de votar. Não estando presente este quórum, poderá a mencionada assembleia ser instalada duas horas após, sendo considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos dos eleitores presentes. O Sindicato poderá alterar a forma da eleição para que a mesma ocorra pelo Sistema Eletrônico de Votação.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2023

Anuar Abdoul Tarabai
Presidente**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.**

A Coordenadora Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – SISMUC, no uso de suas atribuições, convoca todos os Servidores Públicos Municipais para participarem, conforme Art. 80 do nosso Estatuto, da Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia, 30 de março de 2023, quinta-feira, no auditório do 2º andar do SISMUC, localizado na Rua Monsenhor Celso, 225, Centro nesta Capital, às 19h:00 (Dezenove horas) em primeira convocação e às 19h30min (Dezenove horas e trinta minutos) em segunda convocação, tendo como pauta:

- 1 - Balanço financeiro exercício de 2022;
- 2 - Balanço patrimonial de 2022;
- 3 - Plano orçamentário anual 2023;
- 4 - Informes Gerais;

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

Juliana de Fatima Mildemberg de Lara
Coordenadora Geral do SISMUC**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR
Aviso de Adendo a Licitação**

O Município de Ponta Grossa/PR informa a existência do 01º adendo ao Pregão, na forma eletrônica nº 007/2023, que se realizará no dia 13 de março de 2023, às 14h00m, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br) para contratação de empresa para prestação de serviços especializados de operação, manutenção preventiva, manutenção corretiva e da implementação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo (EPTA), no Aeroporto Sant'Ana, em Ponta Grossa/PR. Mais informações poderão ser obtidas no horário das 12 horas às 17 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 1349) ou ainda através do <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalttransparencia/> Ponta Grossa, 27 / 02 / 2023

Paulo Barbosa Pinto
Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL DELIBERATIVA**

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CURITIBA E REGIÃO - SINDESC, por sua presidente Isabel Cristina Gonçalves, no uso de suas atribuições estatutárias, nos termos do artigo 51, alínea 'c' do Estatuto Social, convoca todos os profissionais de enfermagem, ou seja, enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem e parteiras que atuam em hospitais, casa de saúde, consultórios médicos e odontológicos, clínicas, ambulatórios e demais estabelecimentos de serviços de saúde, inclusive os mantidos, direta ou indiretamente, pelo poder público, bem como os trabalhadores da enfermagem das empresas de Medicina de Grupo e Laboratórios que atuam nos municípios de CURITIBA, ARAUCÁRIA, ALMIRANTE TAMANDARÉ, ADRIANÓPOLIS, AGUADOS DO SUL, BOCAIUVA DO SUL, Balsa Nova, CAMPINA GRANDE DO SUL, COLOMBO, CAMPO LARGO, CAMPO DO TENENTE, CERRO AZUL, CONTENDA, CAMPO MAGRO, FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, LAPA, MANDIRITUBA, PINHAIS, PIÊN, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, QUITANDINHA, RIO BRANCO DO SUL, RIO NEGRO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TUNAS DO PARANÁ, TIJUCAS DO SUL, SÃO MATEUS DO SUL, para **ASSEMBLEIA GERAL DELIBERATIVA, que ocorrerá de maneira on-line no dia 06/03/2023**, com pauta principal a **aprovação para deflagração de greve nacional da enfermagem dia 10/03/2023**. No dia da assembleia os trabalhadores terão acesso ao link para votação da pauta através do site do SINDESC (www.sindescsaude.com.br), onde votarão entre as seguintes opções: 1) Greve da categoria por tempo indeterminado; 2) Greve de 12 horas no dia 10/03/2023, com início às 06h00m da manhã e término às 18h00 da noite; 3) Ato de mobilização/pressão no dia 10/03/2023, com concentração na praça localizada em frente ao Hospital Evangélico Mackenzie e caminhada até a Praça Rui Barbosa; 4) Não sou a favor da greve; 5) Abstenção. A votação terá início às 07:00 e encerrada às 23:59 no próprio dia 06/03/2023. Após o resultado final o sindicato publicará um vídeo e materiais para orientar os trabalhadores sobre os próximos passos da categoria, principalmente se houver aprovação da deflagração da greve nacional. Esclarece-se que todos os trabalhadores abrangidos terão direito de voto, independente de serem ou não filiados ao SINDESC.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2023.

Isabel Cristina Gonçalves
Presidente do Sindesc.**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
REGISTRO DE IMOVEIS**Rua Rachel Cândido de Siqueira, 780
Michel Abilio Nagib Neme - Oficial Registrador**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**
Procedimento de Notificação de Devedor Fiduciante
Imóvel de Matrícula n.º 16.229
Prenotação n.º 56.897

MICHEL ABILIO NAGIB NEME, Oficial Registrador do Registro de Imóveis do Almirante Tamandará, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, serviço extrajudicial situado na Rua Rachel Cândido de Siqueira, n.º 780, Centro, em Almirante Tamandará/PR,

FAZ SABER que **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, inscrito(a) no CPF/CNPJ n.º 00.380.305/0001-04, na qualidade de credor(a) fiduciário(a) do contrato n.º **8.787.0378164-6**, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 02/08/2018, e registrado sob o n.º 3 na Matrícula n.º **19.229**, desta Serventia, referente ao imóvel: "Apartamento n.º 712, do Bloco 07, do Condomínio Residencial Montaria, deste Município", apresentou nesta Serventia pedido de notificação de devedor(a/s) fiduciante(s) **LUCAS CARVALHO MACHADO**, inscrito no CPF sob n.º 100.507.439-96, e **BRUNO ADRIEL MACHADO**, inscrito no CPF sob n.º 107.622.709-00, que foi Prenotado sob o n.º **56.897** e processado nos termos do artigo 26, §1º, da Lei n.º 9.514/97, e artigo 629 e seguintes do Código de Normas Extrajudiciais do Paraná. Foi(ram) enviada(s) a(s) notificação(ões) no(s) endereço(s): Rua Mauricio Rosemann, n.º 455, Ap. 712, Bl.07, Cachoeira, Almirante Tamandará/PR; Rua Roberto Ozorio de Almeida, n.º 08, Cidade Industrial, Curitiba/PR; Rua Roberto Ozorio de Almeida, n.º 461, Cidade Industrial, Curitiba/PR e Rua André, n.º 168, Pinheirinho, Curitiba/PR, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos: 03/08/2022 a 03/02/2023, sendo o valor dos encargos, conforme informação do credor, posicionado em 17/02/2023, correspondente a R\$8.674,99, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação. Esgotados todos os meios para localização do(a/s) devedor(a/s) e sendo infrutíferas as diligências, sendo certificado que o(a/s) devedor(a/s) está(ão) em local ignorado, incerto ou inacessível, nos termos do artigo 26, §4º, da Lei n.º 9.514/97, e artigo 629, §6º, do Código de Normas Extrajudiciais do Paraná, fica(m) o(a/s) Sr(a/s) **LUCAS CARVALHO MACHADO** e **BRUNO ADRIEL MACHADO**, **INTIMADO(A/S/AS)** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste Edital, efetuar(em) o pagamento do débito acima indicado, o qual poderá ser efetuado neste Cartório de Registro de Imóveis sito à Rua Rachel Cândido de Siqueira, n.º 780, Centro, em Almirante Tamandará/PR, de segunda a sexta, das 8:30h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, ou diretamente perante o credor fiduciário, Fica V.Sa. advertido de que o prazo acima mencionado é improrrogável, e o não pagamento garante o direito de consolidação da propriedade plena do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do §7º do artigo 26 da Lei n.º 9.514/97. O presente edital será publicado por 3 (três) dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local, ou noutro de comércio de fácil acesso se no local não houver imprensa diária (arts. 629, §7º, e 629-K, do Código de Normas Extrajudiciais do Paraná). Eu, Regiane Fernandes Lambert, escrevente substituta, digitei e subscreevi. Almirante Tamandará/PR, 23 de fevereiro de 2023. O Registrador Interino, *[Assinatura]* Michel Abilio Nagib Neme.

**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
REGISTRO DE IMOVEIS**Rua Rachel Cândido de Siqueira, 780
Michel Abilio Nagib Neme - Oficial Registrador**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**Procedimento de Notificação de Devedor Fiduciante
Imóvel de Matrícula n.º 16.260
Prenotação n.º 55.765

MICHEL ABILIO NAGIB NEME, Oficial Registrador do Registro de Imóveis do Almirante Tamandará, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, serviço extrajudicial situado na Rua Rachel Cândido de Siqueira, n.º 780, Centro, em Almirante Tamandará/PR,

FAZ SABER que **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, inscrito(a) no CPF/CNPJ n.º 00.380.305/0001-04, na qualidade de credor(a) fiduciário(a) do contrato n.º **8.444.1302703-2**, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 28/07/2018, e registrado sob o n.º 5 na Matrícula n.º **16.260**, desta Serventia, referente ao imóvel: "CASA n.º 01, do Condomínio Residencial Bela Vista, deste Município", apresentou nesta Serventia pedido de notificação de devedor(a/s) fiduciante(s) **AZOR MOREIRA JUNIOR**, inscrito no CPF sob n.º 028.387.679-78, que foi Prenotado sob o n.º **55.765** e processado nos termos do artigo 26, §1º, da Lei n.º 9.514/97, e artigo 629 e seguintes do Código de Normas Extrajudiciais do Paraná. Foi(ram) enviada(s) a(s) notificação(ões) no(s) endereço(s): Rua Flávia Saldanha Machado, n.º 77, Unid. 01, Cond. Res. Bela Vista, Jardim Novo Horizonte da Cachoeira, Almirante Tamandará/PR e Rua Manoel Bandeira, n.º 801, Vargem Grande, Pinhais/PR, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos: de 01/02/2018 a 01/02/2023, sendo o valor dos encargos, conforme informação do credor, posicionado em 17/02/2023, correspondente a R\$54.205,25, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação. Esgotados todos os meios para localização do(a/s) devedor(a/s) e sendo infrutíferas as diligências, sendo certificado que o(a/s) devedor(a/s) está(ão) em local ignorado, incerto ou inacessível, nos termos do artigo 26, §4º, da Lei n.º 9.514/97, e artigo 629, §6º, do Código de Normas Extrajudiciais do Paraná, fica(m) o(a/s) Sr(a/s) **AZOR MOREIRA JUNIOR**, **INTIMADO(A/S/AS)** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste Edital, efetuar(em) o pagamento do débito acima indicado, o qual poderá ser efetuado neste Cartório de Registro de Imóveis sito à Rua Rachel Cândido de Siqueira, n.º 780, Centro, em Almirante Tamandará/PR, de segunda a sexta, das 8:30h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, ou diretamente perante o credor fiduciário, Fica V.Sa. advertido de que o prazo acima mencionado é improrrogável, e o não pagamento garante o direito de consolidação da propriedade plena do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do §7º do artigo 26 da Lei n.º 9.514/97. O presente edital será publicado por 3 (três) dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local, ou noutro de comércio de fácil acesso se no local não houver imprensa diária (arts. 629, §7º, e 629-K, do Código de Normas Extrajudiciais do Paraná). Eu, Regiane Fernandes Lambert, escrevente substituta, digitei e subscreevi. Almirante Tamandará/PR, 23 de fevereiro de 2023. O Registrador Interino, *[Assinatura]* Michel Abilio Nagib Neme.

3ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI Rua João Ângelo Cordeiro, s/n - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-570 - Fone: (41)3434-8412 - E-mail: sp3civel@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: REUS EM LUGAR INCERTOS E EVENTUAIS INTERESSADOS- PRAZO DE 20 dias úteis Adrianna Correa dos Santos Artin Juíza de Direito - da 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que vierem ao presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0014726-15.2021.8.16.0035, em que é(são) autor(es) URIAS GOMES VIEIRA, e réu(s) Desconhecidos, e que por este procede a de eventuais réus em lugar incertos e eventuais CITAÇÃO interessados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião de imóvel declarado como propriedade do bem, para que possa dar cabo à restauração da "sucata" em comento. Destaca-se, desde logo, que não se busca através da presente o registro do veículo perante a correspondente Autarquia, mas sim, que seja declarada a propriedade para que o Requerente possa diligenciar pessoalmente junto à Autarquia o registro correspondente. Insta sublinhar ainda que desde aquela data, isto é, a mais de 5 anos, o Requerente conserva o bem sob sua guarda, respondendo largar o que lhe pertence. Abandono é a renúncia da posse pelo possuidor. O bem já está em poder do Requerente há mais de 5 anos, desta forma não há que se falar em corpus, vez que o proprietário, se existente, não apresentou durante todos esses anos o propósito de exercer qualquer ato inerente ao domínio. Também não há que se falar em animus, pois não há registro de qualquer deliberação por parte de quem quer que seja criando qualquer óbice à propriedade do Requerente. Claramente a situação de perda tanto do animus, quanto do corpus, elementos indispensáveis na caracterização da posse. O Código Civil, em seu artigo 1260 prescreve: "Aquele que possui coisa móvel como sua, continua e incontestadamente durante 3 (três) anos, com justo título e boa-fé, adquiri-lhe a propriedade". Ainda que a posse não fosse de forma pacífica, justa e de boa-fé, requisitos para a prescrição, diz o artigo seguinte: "Artigo 1261 Se a posse de coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião independentemente de título ou boa-fé". Encontra-se o Requerente em situação similar, vez que durante todos esses anos efetuou gastos com o veículo, agindo como proprietário. Assim, pretende a transferência de propriedade. Não fosse bastante Excelência e para fulminar qualquer dúvida sobre a inexistência de um proprietário anterior "válido", segue em anexo consulta do departamento estadual de trânsito - DETRAN/PR atestando a inexistência de registro do veículo objeto do presente feito, bem como consulta Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.203-2/2001, Lei nº 11.150/2005, resolução do TJPRU OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVJ4 A47LR BG5XU 7F3HU PROJUDI - Processo: 0014726-15.2021.8.16.0035 - Ref. mov. 61.1 - Assinado digitalmente por Adrianna Correa dos Santos Artin Juíza de Direito 10/02/2023. EXPEDIENTE DE EDITAL/CITAÇÃO Arg. Edital realizada no fãpage/site JUSBRASIL que aponta também pela inexistência de qualquer menção ao CHASSI em comento em qualquer ofício ou qualquer decisão judicial no Brasil. Destes modo, repisa-se o pedido de reconhecimento da propriedade do Requerente, justamente para que este promova a os registros formais do veículo, bem como para que possa investir na restauração sem qualquer receio. Destarte Excelência, tem-se que a absoluta ausência de qualquer registro ou informação sobre a "sucata" que já se encontra a mercê da deterioração pelo decorso do tempo anula-se perfeitamente a necessidade de citação por Edital. O Estado do veículo é verificável nas fotos em anexo e ainda, conforme exposto, colaciona-se a consulta do número do chassi no site JUSBRASIL e resultado é a completa ausência de qualquer informação, destaca-se que o referido site apresenta um banco de dados de notícias, publicações, jurisprudentia e diários oficiais, ou seja, a existência de qualquer simples menção ao chassi em comento traria algum resultado a pesquisa, porém, a constatação é pela inexistência de qualquer informação. Isto posto Excelência em conformidade com o entendimento emanado pelo Judiciário: (imagem) A citação por edital é medida necessária a prestação jurisdicional pleiteada, contudo Excelência, considerando o entendimento emanado pelo Superior Tribunal de Justiça de que a consulta aos órgãos competentes deve preceder a realização de citação por edital: o Requerente respalda-se no Art. 256, § 3º para requerer a Vossa Excelência a expedição de ofício ao DETRAN/PR - para que forneça a este Juízo a consulta da BIN (Base de Índices Nacionais) informando a existência de algum registro ou informação inerente ao veículo Chevrolet, modelo Suburban, cujo ano de fabricação é 1955, cor azul, Chassi H255017522. Conforme site em anexo Excelência a BIN (Base de Índices Nacionais) representa a base de dados do DETRAN/PR que contém as características e informações de todos os veículos, desta forma, a ajuda consulta poderá fazer informações aptas a elucidar a existência de um antigo proprietário do veículo, ou ao revés, poderá demonstrar pela inexistência de informações, de modo a conceder o respaldo necessário a citação por Edital. Destaca-se Excelência que a consulta à BIN é obstaculizada ao Requerente sem a atuação do Judiciário, vez que são requeridas informações inerentes aos veículos que simplesmente são desconhecidas, talvez sequer existentes (placa, renavam etc). Destes modo, reconce a prestação jurisdicional oriunda das mídias de Vossa Excelência é medida imperativa de justiça ao Requerente. Ainda, em completa demonstração de boa-fé Excelência, informa-se que o Requerente tão logo que informou a este advogado a situação dos veículos fora orientado a regularizar essas propriedades e tão logo que orientado buscou aquele que lhe vendeu a sucata, porém, o quanto antes se encontraram os veículos já pertencendo a outra pessoa, estranha à compra. Informa-se ainda a Vossa Excelência que o proprietário possui outras sucatas adquiridas desta mesma forma, cuja regularização já se está a buscar perante o Poder Judiciário. Diante do exposto requer: 1. A Expedição de ofício ao DETRAN/PR (Departamento de Trânsito) para que promova a consulta à BIN (Base de Índices Nacionais) e forneça ao Juízo eventual informação inerente ao veículo Chevrolet, modelo Suburban, cujo ano de fabricação é 1955, cor azul, Chassi H255017522, 2. b. Em se constatando a inexistência de informações, requer-se o deferimento da citação de interessados por Edital, 3. e. Seja ao final reconhecida a procedência do pedido com a consequente declaração judicial da propriedade do bem ao Requerente. 4. d. Na remota hipótese de ser encontrada alguma informação sobre eventual proprietário anterior, requer-se desde logo sua citação e condenação em custas processuais e honorários advocatícios. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos. Daí a presente com o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Nestes termos pede-se deferimento. Curitiba, 11 de Novembro de 2021. LEANDRO MUNIZ CORRÊA CARI PR 90039 - Eu, Tiago Hiroaki Inoue, Técnico Judiciário, conferi e digitei. São José dos Pinhais, 08 de fevereiro de 2023. Adrianna Correa dos Santos Artin Juíza de Direito

Faça um orçamento sem compromisso

Publicidade Legal

WWW.BEMPARANA.COM.BR

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.544

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.631 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **ADRIANO LAMUYS e ELISVALDA MACHADO MARCELO**, inscritos no CPF/MF sob 021.639.289-69 e 608.227.483-04 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de MAIO/2022 À JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 10.499,03 (dez mil, quatrocentos e noventa e nove reais e três centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 14:55:08.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:55:08.





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.644

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.362 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **MOISES DIAS BARRETO**, inscrito no CPF/MF sob 092.918.139-58 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2021 À FEVEREIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 12.850,49 (doze mil, oitocentos e quarenta e nove reais e nove centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 15:32:10.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 15:32:10.





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.650

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.444 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **WESLEY FRANKLIN ALVES PEREIRA e FRANCINETE SOUSA ALVES**, inscritos no CPF/MF sob 132.608.706-10 e 053.079.053-00 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de MARÇO/2022 À JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 11.499,06 (onze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e seis centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 15:32:10.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 15:37:39.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repasso) R\$ 300,00





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.661

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.563 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **CRISTINA SANTOS RAMOS**, inscrito no CPF/MF sob 074.556.089-00 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2021 À FEVEREIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 12.054,16 (doze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 16:14:51.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 16:14:51.





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.663

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.740 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **SCHIRLEY TATIANE VIDEIRA**, inscrito no CPF/MF sob 026.149.499-66 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2021 À JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 17.676,90 (dezoisete mil, seiscentos e setenta e seis reais e novecentos centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 16:32:14.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 16:32:14.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repasso) R\$ 300,00





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.681

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.519 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **WILLIAN CORREA LIMA e BIANCA FLASMO DE QUEIROZ LIMA**, inscritos no CPF/MF sob 058.663.029-50 e 079.921.019-60 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2021 À DEZEMBRO/2022.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 19.301,31 (dezenove mil, trezentos e um reais e trinta e um centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 16:34:06.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 16:34:06.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repasso) R\$ 300,00





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.696

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.567 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **ROSEMEIRE CORDEIRO DE SOUZA e NILCE CORDEIRO DE SOUZA**, inscritos no CPF/MF sob 012.621.679-73 e 078.435.449-92 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2021 À DEZEMBRO/2022.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 12.487,82 (doze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 16:39:54.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 16:39:54.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repasso) R\$ 300,00





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.707

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.517 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **VALDIR GARCIA CONDE e MARILSA DE SOUZA CONDE**, inscritos no CPF/MF sob 508.366.809-87 e 061.949.698-30 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2021 À JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 22.936,54 (vinte e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 16:46:09.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 16:46:09.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repasso) R\$ 300,00





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº. 187.711

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.720 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **WELLINGTON JOSE MONTEIRO**, inscrito no CPF/MF sob 083.740.769-92 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de MAIO/2022 À DEZEMBRO/2022.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 9.086,01 (nove mil, noventa e seis reais e um centavo), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 16:51:23.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 16:51:23.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repasso) R\$ 300,00





1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 187.715

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 48.127 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "BOTIATUVA", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **LINCOLN SILVA TONETTE e RAFAELA PRISCILA DE JESUS CREMA**, inscritos no CPF/MF sob 065.111.369-57 e 091.091.099-51 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de ABRIL/2022 A JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 24.02.2023 corresponde a R\$ 10.370,78 (dez mil, trezentos e setenta reais e setenta e oito centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 24 de Fevereiro de 2023, 09:11:03.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:11:03.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcUBy.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.362

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.277 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **ARIANE ZABALA DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob 050.468.641-78 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JUNHO/2022 A DEZEMBRO/2022

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 7.709,74 (sete mil, setecentos e nove reais e setenta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 16:55:33.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 16:55:33.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcUBy.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.365

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 54.075 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **RENATO SAGAS DE LIMA e TANIA LEMES TOLEDO**, inscritos no CPF/MF sob 109.847.579-98 e 097.502.769-73 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JUNHO/2021 A DEZEMBRO/2022.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 17.537,54 (dezeesse mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 17:02:04.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 17:02:04.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcAH4.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.383

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 54.029 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **RAYANA APARECIDA DOS REIS**, inscrito no CPF/MF sob 115.971.529-78 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de AGOSTO/2021 A DEZEMBRO/2022.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 23.02.2023 corresponde a R\$ 21.228,45 (vinte e um mil, duzentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 23 de Fevereiro de 2023, 17:08:53.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 17:08:53.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcmm2.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.385

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 54.041 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **RAMON FERREIRA DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob 019.505.692-40 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de AGOSTO/2021 A DEZEMBRO/2022.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 24.02.2023 corresponde a R\$ 16.491,16 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e um reais e dezesseis centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 24 de Fevereiro de 2023, 08:04:15.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:04:15.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcJTD.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.388

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 54.059 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **GLAUCIANA COSTA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob 030.766.923-80 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JUNHO/2021 A JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 24.02.2023 corresponde a R\$ 24.160,64 (vinte e quatro mil, cento e sessenta reais e sessenta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 24 de Fevereiro de 2023, 08:16:38.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:16:38.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcmm2.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.401

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 54.119 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **SIRLEI MAESTA**, inscrito no CPF/MF sob 884.282.908-97 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JULHO/2021 A JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 24.02.2023 corresponde a R\$ 13.182,67 (treze mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 24 de Fevereiro de 2023, 08:19:15.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:19:15.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcUBy.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.430

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 53.645 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **VALDEIR APARECIDO CORDEIRO**, inscrito no CPF/MF sob 107.854.149-32 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JUNHO/2022 A JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 24.02.2023 corresponde a R\$ 6.522,43 (seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 24 de Fevereiro de 2023, 08:25:03.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:25:03.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dc7ak.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR
CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ncampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL nº 188.440

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula 54.053 Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "CAMPO DO MEIO", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **DIOGO MARCEL DE LARA MIKETO**, inscrito no CPF/MF sob 047.933.299-18 venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JULHO/2021 A JANEIRO/2023.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 24.02.2023 corresponde a R\$ 19.157,86 (dezeesse mil, cento e cinquenta e sete reais e seis centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) S(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, centro, Edifício Fratelli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) S(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor do credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 24 de Fevereiro de 2023, 08:30:20.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:30:20.
Edital Not. Alienação Fiduciária (repassa) R\$ 300,00

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F1703.LaQPa.fzHYe
dcOLn.J3HvT
https://selo.funarpem.com.br

VENCIUS KROL
CPF: 0592105980 - 24/02/2023

